

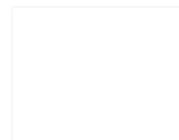
# A Polícia que dá certo

Experiências vencedoras do Prêmio Polícia Cidadã



# A Polícia que dá certo

Experiências Vencedoras do Prêmio Polícia Cidadã



# Índice

Apresentação	09
Prefácio	11
<b>1. Policiamento Orientado ao Problema</b>	
- Planejamento e mobilização no combate à criminalidade	14
- Chacina em São Paulo: investigação e empenho no combate à impunidade	16
- Projeto Canteiros: colhendo segurança e beleza para a comunidade do Jardim Ranieri e adjacências	18
- Parecer: Policiamento Orientado aos Problemas	20
<b>2. Inteligência Policial</b>	
- Disque-Denúncia, rompendo a lei do silêncio	26
- Paz para quem tem carro	28
- Legitimação a distância	30
- Parecer: Valorizando a Inteligência Policial	32



### 3. Atendimento ao público e aproximação com a comunidade

- Comprometimento com a comunidade na recomposição da auto-estima policial	38
- Centro Psicossocial, Delegacia de Defesa da Mulher	40
- Polícia para a comunidade	42
- Delegacia participativa: confiança e respeito reconquistados pela integração com a comunidade	44
- Programa Bem-Me-Quer	46
- Policiamento comunitário em União de Vila Nova (favela Pantanal)	48
- Projeto Educar para a Paz	50
- Rede comunitária: um alicerce para a prevenção da violência	52
- Parecer: Atendimento ao público e aproximação com a comunidade: Corações e mentes no trabalho de polícia	54

### 4. Perícia

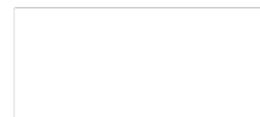
- Em busca do resíduo de pólvora	60
- O exame de DNA como ferramenta na elucidação de crimes e na identificação de pessoas	62
- Origem geográfica da maconha: um subsídio para o rastreamento do tráfico	64
- Pesquisa na área de química forense: o resíduo gráfico azul	66
- Parecer: A Imprescindível Perícia	68

## 5. Mediação de Conflitos e Juventude

- Projeto Cururu 72
- Mediação e articulação na resolução pacífica de conflitos 74
- Mesa-redonda 76
- Envolvimento comunitário no apoio ao jovem em situação de risco 78
- Parecer: Mediação de Conflitos e Juventude 80

Agradecimentos 85

Créditos 87





# Apresentação

Não é possível fazer segurança pública sem polícia. Se não restam dúvidas sobre esta afirmação, ainda falta clareza sobre que polícia estamos falando. Parece difícil dizer que polícia queremos, se durante muitos anos o único modelo ao qual tivemos acesso foi o de uma polícia distante da população, que cometia abusos e não conseguia enfrentar de fato o problema da violência e da criminalidade. O Instituto Sou da Paz aposta que a polícia que devemos valorizar e ajudar a construir é aquela que obtém resultados efetivos na prevenção e redução da violência, atuando integrada com outros setores do Estado, usando inteligentemente os recursos disponíveis e aproximando-se da comunidade, sempre respeitando a lei.

O melhor lugar para encontrar este novo modelo de policiamento é exatamente dentro de nossas corporações. Há milhares de homens e mulheres que arriscam suas vidas em prol da segurança coletiva e que vêm obtendo bons resultados na redução da criminalidade. Mas estes exemplos acabam sendo ofuscados pelos casos de irregularidades e pelo abismo que se criou entre polícia e sociedade. Por isso, desde 2003, realizamos o Prêmio Polícia Cidadã, uma iniciativa inédita que identifica e valoriza publicamente ações realizadas por agentes das Polícias Militar, Civil e Técnico-Científica, que resolveram problemas nas áreas de atendimento ao público, inteligência, policiamento orientado ao problema, perícia e juventude e mediação de conflitos.

Nas três primeiras edições do Prêmio, reconhecemos o trabalho de mais de 150 policiais da Região Metropolitana de São Paulo. A cada ano, o aumento do número de inscrições recebidas e a qualidade das ações avaliadas nos mostraram que estávamos certos na nossa aposta. Revelaram também o quanto esse reconhecimento é importante para motivar os policiais a continuar trabalhando desta maneira, muitas vezes multiplicando seus projetos em outras regiões e servindo de exemplo positivo para toda a corporação.

Com esta publicação, pretendemos ampliar a difusão das experiências vencedoras do Prêmio Polícia Cidadã. Para que os premiados se sintam encorajados a seguir em frente; para que policiais de outras cidades e Estados brasileiros se inspirem e repliquem cada vez mais esse novo jeito de fazer polícia; para que toda a sociedade, enfim, perceba que a polícia que queremos existe e que só com uma aliança entre estes policiais e a população superaremos a crise de segurança pública que atinge o nosso país.

**Denis Mizne**

Diretor Executivo do Instituto Sou da Paz

# Prefácio

Como todo jornalista que se preze, aprendi que nosso valor está inexoravelmente associado à independência, ou seja, à obrigação de criticar. Elogio para quem está no poder sempre traz a desconfiança de “rabo preso”; se não se critica um partido, um governo, um político, é porque, na melhor das hipóteses, não se investigou melhor. E na pior, estaria se usando a informação para enganar e proteger os poderosos.

Em relação à polícia, nós, da geração que viveu o regime militar, tínhamos mais ou menos a seguinte visão: atira primeiro, pergunta depois. A imagem da polícia estava ligada à brutalidade, ao arbítrio e à corrupção, e ponto. Há muitos anos escrevo reportagens sobre direitos humanos, especialmente envolvendo crianças e adolescentes, nas quais constatei, de fato, tanto o despreparo como a violência cometida por policiais. Também muito ouvi falar de corrupção.

No meu processo de amadurecimento, fui aprendendo que essas mazelas contavam boa parte da história, porém não toda a história. Vi como muitos policiais em cargos de chefia tentavam sintonizar-se à democracia e ao respeito aos direitos humanos. Muitas vezes, era um trabalho heróico e solitário, confrontado até mesmo pela opinião pública que pedia o “prende-e-arrebenta”. Fui percebendo como o policial também era vítima de uma sociedade violenta, excludente, desestruturada – não só pelas condições precárias em que trabalhavam, mas pela imensidão de demandas urgentes. Demandas até de uma mulher prestes a ter um filho, sem encontrar uma ambulância.

Foi-se firmando a idéia de que as sociedades mais seguras são aquelas em que os direitos de todos são mais respeitados; isso porque também se valorizam a saúde, a educação, o lazer, a cultura, o esporte, a distribuição de renda, o combate à miséria. E, nesse ambiente, o melhor policiamento só poderia ser o preventivo e baseado na inteligência, na gestão eficiente dos recursos.

Este livro é um livro de elogios a policiais, e é muito bom que seja assim. Cada um dos casos apresentados, experiências valiosíssimas, são um prêmio individual e uma riqueza coletiva a ser compartilhada.

Num momento em que a nação está cada vez mais apavorada com a violência (e sempre busca saídas fáceis e ilusórias), esses exemplos prestam-se como laboratórios de eficiência policial e respeito às regras democráticas.

**Gilberto Dimenstein**

**Chacina em São Paulo:**  
Investigação e empenho  
no combate à impunidade  
Polícia Civil, São Paulo

**Planejamento e mobilização  
no combate à criminalidade**  
Polícia Militar, São Paulo

**Projeto Canteiros:**  
Colhendo segurança e beleza  
para a comunidade do Jardim Ranieri  
e adjacências  
Polícia Militar, São Paulo

# I

## Policiamento Orientado ao Problema

O conceito de “policiamento orientado ao problema” foi proposto pela primeira vez por Herman Goldstein, há cerca de 30 anos. A idéia nasceu de décadas de estudos sobre a polícia e propõe uma profunda reavaliação da função policial, pela qual a polícia, em coordenação com outras instituições estatais e não-estatais, mobiliza os seus recursos materiais e intelectuais na (a) identificação, (b) análise e (c) solução dos problemas, criminais ou não, de um território. Trata-se de uma transição do modelo de policiamento tradicional, reativo, orientado ao controle de incidentes, para um modelo preventivo, orientado à solução dos problemas em si. Ao desvincular a ação policial da questão criminal, o modelo tem o importante mérito de favorecer uma compreensão interdisciplinar e pluriagencial dos conflitos.

# Planejamento e mobilização no combate à criminalidade

Polícia Militar, São Paulo

A chegada da sexta-feira significava o começo de um pesadelo para os moradores da Praça Sílvio Romero, no bairro do Tatuapé, em São Paulo. As casas noturnas, bingos e casas de jogos atraíam uma multidão de freqüentadores e ambulantes que causavam excesso de barulho e todo o tipo de desordem. A Polícia Militar era desrespeitada sistematicamente, chegando ao ponto de um grupo de rapazes quase virar uma viatura que passava perto da praça.

Esse ambiente propiciava a ação de criminosos no bairro, tanto à noite quanto de dia. Os índices de furtos e roubos de veículos eram altos: entre abril de 2000 e março de 2001, foram mais de 4 mil casos, uma média diária de 13 ocorrências. Jovens traficantes desenvolviam suas atividades, camuflados pelo excesso de pessoas circulando pelo bairro.

No segundo semestre do ano 2000, o capitão Marco Antônio Ramos de Almeida assumiu o comando do 8º Batalhão, responsável pela área da Praça Sílvio Romero. A participação em reuniões do Conseg e a escuta aos policiais que faziam o patrulhamento na região permitiram traçar o cenário do problema e definir estratégias para enfrentá-lo. A atuação estaria voltada para a vítima, para a melhoria do ambiente e, conseqüentemente, coibiria a ação de criminosos. Seria preciso então agir em situações de irregularidades ou infrações da lei que não cabem à Polícia Militar coibir. Por isso, o capitão reuniu outras instâncias do poder



## Saiba Mais!

### Policiais premiados

- Marco Antônio Ramos de Almeida, capitão da PM e comandante de companhia
- Alécio Gonçalves, sargenteante de companhia

### Contato

Alécio Gonçalves  
E-mail: alecioggg@ig.com.br

### Parceiros

- 30º Distrito Policial
- Vara da Infância e Juventude do Fórum do Tatuapé
- Ministério Público
- Administração Regional da Mooca
- Secretaria Municipal do Meio Ambiente e o "PSIU"
- Secretaria de Assistência Social
- Conselho Tutelar
- Companhia de Engenharia de Tráfego
- Guarda Civil Metropolitana
- Metrô
- Ordem dos Advogados do Brasil, regional do Tatuapé

público: a Polícia Civil, a Guarda Civil Metropolitana, a Companhia de Engenharia de Tráfego, a Subprefeitura do Tatuapé e a Vara da Infância e da Juventude. Além de realizar reuniões mensais com esses órgãos para levantar e trocar informações, a PM agendava operações conjuntas para autuar estabelecimentos irregulares, fosse por excesso de ruído, entrada de menores de 18 anos ou falta de alvará de funcionamento. Os veículos que infringiam as leis de trânsito eram multados. Todos os comerciantes ambulantes que trabalhavam na região tiveram de se adaptar a um padrão instituído pela subprefeitura. A Vara da Infância e da Juventude coibiu o trabalho infantil nas ruas do bairro e levou crianças e adolescentes em situação de risco para abrigos sociais.

Em todas as operações de fiscalização montadas pelo sargento Alécio Gonçalves, a abordagem era feita da mesma maneira. Um carro descaracterizado ia à frente com os agentes do poder público e uma viatura da Polícia Militar fazia escolta e dava cobertura. O controle dos estabelecimentos gerava um boletim de ocorrência e, como a autuação era registrada na Delegacia de Polícia, a reincidência já provocaria, no ato, o fechamento do local ou o pagamento de pesadas multas.

Outras instituições resolveram colaborar na iniciativa, como a seção Tatuapé da Ordem dos Advogados do Brasil, cujos advogados auxiliavam os policiais a proceder em determinados casos que eram de responsabilidade de outras instâncias. Ao longo dos meses de planejamento e intervenções, os bares começaram a fechar mais cedo, os jovens pararam de fazer arruaça com os carros e a população passou a respeitar mais não só os policiais militares, como todos os agentes envolvidos nas ações. Nas reuniões do Conseg, em vez de queixas, ouviam-se elogios a essa atuação, que trouxe resultados significativos, como as quedas de 40% nos casos de homicídios, de 17% nos roubos de veículos e 11% nos furtos de veículos.

# Chacina em São Paulo: Investigação e empenho no combate à impunidade

Polícia Civil, São Paulo

Entre os anos de 1999 e 2000, a cidade de São Paulo ficou alarmada com o aumento dos casos de homicídios e, mais ainda, dos homicídios múltiplos, também conhecidos como chacinas. O ano de 1999 registrou 47 casos que vitimaram 154 pessoas. No ano seguinte, 187 pessoas morreram em decorrência de 53 chacinas.

O Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), responsável pela investigação de homicídios, precisava então dar uma resposta à sociedade e garantir o esclarecimento desses crimes. Na cidade de São Paulo, todos os homicídios são investigados pelas equipes do DHPP, divididas por área de atuação. Cada equipe abrange cinco ou seis distritos policiais.

Para dar conta do desafio de esclarecer tantas chacinas, foi criada no DHPP a Equipe Especial de Investigação de Homicídios Múltiplos, composta por 15 investigadores que se dedicariam exclusivamente a esse tipo de crime. Assim, toda vez que os policiais do DHPP verificam que a ocorrência



## Saiba Mais!

### **Policiais premiados**

- Luiz Antônio Guedes de Medeiros, investigador-chefe
- Alexandre Tadeu de Mello Pincelli, investigador
- Denílson da Silva Santos, investigador
- Fábio Kalamatianos, investigador
- Pedro Ivo Correia Luiz dos Santos, investigador
- Regina Helena da Motta Izar, investigadora

### **Contato**

3ª Delegacia  
do Departamento de  
Homicídios – Homicídios  
Múltiplos  
Rua Brigadeiro Tobias, 527  
4º andar  
São Paulo  
Telefone: (11) 3311-3515

vitimou mais de três pessoas, acionam os investigadores da equipe especial. O trabalho da equipe é longo, minucioso e só termina com o julgamento dos acusados.

Normalmente, em crimes de autoria não-identificada, os investigadores não provocam muito alarde, mas fazem questão de mostrar que estão ali para solucionar o caso. Além de estar no local do crime, os policiais esforçam-se para conquistar a confiança de familiares e amigos das vítimas e possíveis testemunhas. Os investigadores acompanham os familiares durante o processo de reconhecimento do corpo, o transporte até o Instituto Médico Legal, o velório e o enterro das vítimas.

As investigações podem levar meses, tempo no qual os policiais se inserem na comunidade e vão ganhando sua confiança até obter informações essenciais para a elucidação dos crimes. Mesmo quando identificam os autores, os investigadores continuam acompanhando o caso até o julgamento, porque eles precisam ter a certeza de que ele foi esclarecido e os culpados, punidos. Além disso, eles acabam criando uma relação tão próxima com os familiares e outras testemunhas, que essas pessoas pedem que os policiais as acompanhem nas audiências com o juiz.

Antes da equipe de chacinas do DHPP ser constituída, a chance de algumas chacinas ficarem sem solução era muito maior, em virtude do grande volume de casos com os quais as equipes de área deviam se ocupar. Esse novo padrão de atuação policial contribui para romper com a idéia de que chacinas acontecem corriqueiramente na periferia e que nada pode ser feito. Com uma equipe dedicada exclusivamente a esse tipo de crime, o índice de esclarecimentos de chacinas chega a mais de 90%. Em 2001, três ocorrências não tiveram autoria estabelecida. Em 2002 e 2003, apenas um caso ficou sem ser solucionado. O índice de 95% de esclarecimentos se repetiu em 2004.

# Projeto Canteiros:

## Colhendo segurança e beleza para a comunidade do Jardim Ranieri e adjacências

Polícia Militar, São Paulo

A Base Comunitária do Jardim Ranieri, zona sul de São Paulo, tem construído uma relação de proximidade e confiança com os moradores do bairro. Assim, em 2006, quando começaram a ocorrer casos de atropelamento perto da base, a reação da população foi procurar os policiais para pensar como resolver aquele problema que estava afetando a segurança de todos.

A base fica em frente à Estrada do M'Boi Mirim, uma das principais vias do bairro, por onde passam cerca de 1.300 crianças, que atravessam a estrada diariamente para ir a uma das quatro escolas situadas nos arredores. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2006, aconteceram naquele local cinco atropelamentos e quatro das vítimas eram crianças. Felizmente, nenhuma delas morreu ou sofreu conseqüências graves, mas os policiais perceberam um alerta de que era preciso agir rapidamente para



### Saiba Mais!

#### Policiais premiados

- Adolfo de Moura Lórá, soldado da PM
- Edson da Silva, soldado da PM
- Eliane Cristina Belchior, soldado da PM
- José Venâncio T. Filho, soldado da PM
- Milton Vieira da Silva, sargento da PM
- Sérgio Firmino da S. Neto, soldado da PM

#### Contato

Base Comunitária do Jardim Ranieri  
Estrada do M'Boi Mirim, 5.780  
Jardim Ranieri, São Paulo  
Telefone: (11) 5833-2111

#### Parceiros

- Subprefeitura do M'Boi Mirim
- Comerciantes locais
- Escolas do bairro
- Companhia de Engenharia de Tráfego (CET)
- Detran

evitar outros acidentes. Os policiais decidiram então mobilizar os comerciantes, os líderes comunitários e até as diretoras das escolas para reverter o quadro crítico. A estratégia pensada para solucionar o problema foi a colocação de uma faixa de pedestres e um canteiro que forçasse as pessoas a atravessar no local mais seguro. Além disso, palestras e distribuição de panfletos nas salas de aula conscientizariam os alunos sobre a importância de atravessar nos locais adequados.

Para realizar as obras previstas, os policiais procuraram os órgãos competentes – subprefeitura, CET e Detran – e mesmo diante de algumas dificuldades, como a falta de verba e o burocrático processo para se autorizar a reforma, não desistiram. Assim que estavam com todos os documentos em ordem, as obras começaram. Uma papelaria bem próxima da base doou quase todo o material usado na obra.

Em menos de um mês, todo o canteiro estava feito: a faixa pintada, o novo semáforo funcionando e o canteiro com plantas. Os policiais procuraram o projeto Pomar, que cuida da revitalização das margens dos rios Pinheiros e Tietê, para pedir algumas mudas. A direção do projeto prontamente doou várias plantas para compor o canteiro. Conforme as plantas foram crescendo, criou-se uma barreira natural que impede as pessoas de atravessar fora da faixa.

A atenção com a obra e a sua manutenção são funções de todos os policiais da base. Esse carinho e essa dedicação representam o cuidado com toda a comunidade do Jardim Ranieri. Uma ação simples, rápida e barata que fez o número de acidentes diminuir em 80% desde que o projeto foi implantado.

# Policiamento Orientado aos Problemas

Em 1979, Herman Goldstein, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Wisconsin, escreveu "Improving Policing: A Problem-Oriented Approach", influente artigo onde propõe reformas voltadas ao aprimoramento da capacidade policial de identificar, analisar e resolver os problemas dos cidadãos, o que constitui a própria razão de ser da existência da polícia em uma sociedade democrática. Na visão do autor, os expressivos avanços conquistados pela polícia americana ao longo do século 20, nos campos da competência administrativa e operacional, formação profissional e modernização tecnológica, nem sempre resultaram em melhoria dos serviços prestados à população: "A polícia parece ter alcançado um nível no qual o maior objetivo aspirado é a busca da competência administrativa" (Goldstein, 1979: 239). Goldstein usa a imagem de uma empresa de ônibus que, de tão preocupada com a pontualidade, deixa de parar nos pontos de passageiros. Chega no horário, mas não cumpre a sua função primordial.

Segundo o autor, os aprimoramentos nos mecanismos de gestão e organização policial passaram a ser um fim em si mesmo, desvinculados de seu impacto na prestação dos serviços, objetivo essencial de um órgão público. A essa inversão de prioridades, típica das burocracias, Goldstein denominou a "síndrome dos meios sobre os fins".

No livro "Problem-Oriented Policing" (1990), Goldstein aprofunda as bases teóricas do novo modelo, propondo uma compreensão mais abrangente e realista da função policial, por meio do reconhecimento da discricionariedade e das dimensões não criminais do trabalho da polícia. O objetivo é que os policiais concentrem seus esforços na resolução dos problemas que constatarem no exercício cotidiano de suas funções. Pressuposto necessário para esse projeto de reformas é o reconhecimento do alto grau de complexidade inerente ao exercício da função policial em uma sociedade democrática e pluralista.

O "policiamento orientado ao problema" propõe assim uma profunda reavaliação da função policial, pela qual a polícia em coordenação com outras instituições do Estado, do mercado e da sociedade civil mobiliza os seus recursos materiais e intelectuais para a (a) identificação, (b) análise e (c) solução dos problemas, criminais ou não, de um território. Trata-se, explica o autor, de uma transição do modelo de policiamento tradicional, reativo, orientado ao controle de incidentes, "meros sintomas de problemas", para um modelo preventivo, orientado à solução dos problemas em si:

O primeiro passo no policiamento orientado ao problema consiste em ir além do tratamento de incidentes. O modelo requer o reconhecimento de que incidentes são frequentemente meros

sintomas de problemas. Isto leva a polícia em duas direções: (1) O reconhecimento das relações entre incidentes (semelhança de condutas, local, pessoas envolvidas etc.); e (2) um interesse mais aprofundado em incidentes, buscando reconhecer algumas das condições e dos fatores que os originaram (Goldstein, 1990: 33).

A noção do que constitui um problema desde uma perspectiva policial expande-se consideravelmente para abranger o “incrível leque de distúrbios que levam o cidadão a evocar a presença policial” (Goldstein, 1979: 242). Uma conduta não necessita ser considerada criminal para ser reconhecida como problemática do ponto de vista policial (Dias Neto, 2005: 104-114).

Ao desvincular a ação policial da questão criminal, o modelo tem o mérito de favorecer uma compreensão interdisciplinar e pluriagencial dos conflitos. O esforço para identificar, analisar e solucionar problemas locais estimula a interação policial com outras instituições, o que favorece o confronto entre distintas visões profissionais, evitando o sério risco do autismo policial. Pressuposto básico do modelo é que problemas distintos merecem soluções distintas e a utilização do instrumentário penal é somente uma das possibilidades de resolução de problemas.

A metodologia do “policiamento orientado ao problema” tem também o potencial de dar consistência ao “policiamento comunitário” (Dias Neto, 2003), evitando o desvirtuamento deste modelo para o campo das relações públicas. A experiência demonstra que o êxito na construção de parcerias entre polícia e sociedade civil pressupõe a existência de uma pauta de problemas concretos. Além disso, o objetivo de aproximação entre polícia e sociedade só fará sentido se puder repercutir na capacidade da polícia de prestar bons serviços, resolvendo os problemas que chegam ao seu conhecimento por meio das reclamações dos cidadãos.

A associação entre os dois modelos viabiliza um conceito de comunidade mais compatível com a realidade de contextos urbanos caracterizados pela diversidade cultural, mobilidade social, ausência de vínculos territoriais e baixa participação política. Comunidade torna-se um referencial mutante, que expressa um grupo de pessoas que, em determinado tempo e espaço, dividem interesse por um problema (índice de homicídio, poluição de um rio, vandalismo em um centro comunitário, ausência de um posto de saúde, alto índice de atropelamentos, etc.).

Um modelo consistente de policiamento comunitário é aquele capaz de viabilizar a participação efetiva dos cidadãos nos processos de diagnóstico e gestão de problemas, com o objetivo fundamental de melhorar a qualidade dos serviços policiais. A expectativa é que a somatória de experiências bem sucedidas de mobilização social em torno de problemas possa, ao longo do tempo, contribuir para melhorar o relacionamento entre polícia e cidadãos e fortalecer os níveis de organização social (Goldstein, 1990: 26).

As três ações da polícia paulista que se enquadram nesta categoria foram premiadas porque indicam a gradual consolidação, também no Brasil, de uma cultura policial preventiva baseada nos princípios do policiamento orientado ao problema.

A ação desenvolvida no Tatuapé revela a capacidade dos policiais de perceber que o problema que afetava a tranquilidade do bairro era bastante complexo e exigiria uma resposta ampla, envolvendo diversos atores. A polícia assumiu papel importante acionando outros representantes do poder público, coordenando reuniões, planejando e implementando ações em conjunto, que tiveram impacto não só na segurança do bairro como na forma como os policiais se vêem e são vistos pela comunidade.

Nesse sentido, a ação desenvolvida no Jardim Ângela parte da mesma percepção: a polícia não é a única responsável pela segurança dos cidadãos, e quanto mais envolver outros atores na construção de soluções, maiores serão os impactos das ações.

O trabalho da equipe de chacinas e os resultados que estes policiais obtiveram mostram como a criação de grupos especializados, com formação e disponibilidade para se aprofundar na investigação de um crime, faz a diferença. Estes policiais perceberam que a aproximação com a comunidade e a construção de laços de confiança são princípios essenciais para garantir melhores resultados e é para isso que dedicam o seu tempo.

Estas três ações, como se vê, também são exemplos de exercício inteligente e criativo da discricionariedade policial.

**Theo Dias**

*Professor da Escola de Direito de São Paulo (FGV), 2º Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, advogado criminal em São Paulo.*

## Textos de referência

BAYLEY, David H. *Nova polícia*. São Paulo: Edusp, 2001.

DIAS NETO, Theodomiro. *Policimento comunitário e controle sobre a polícia: a experiência norte-americana*. 2ª ed. São Paulo: Lumen Júris, 2003.

DIAS NETO, Theodomiro. (2005). *Segurança urbana: o modelo da nova prevenção*. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2005.

GOLDSTEIN, Herman. Improving policing: a problem-oriented approach. *Crime and Delinquency*, n. 25, p. 236-258, 1979.

GOLDSTEIN, Herman. Toward community-oriented policing: potential, basic requirements and threshold questions. *Crime and Delinquency*, ano 33, n.1, p. 6-30, 1987.

GOLDSTEIN, Herman. *Problem-oriented policing*. New York: MacGraw-Hill, 1990.

MORRIS, Norval; TONRY, Michael. *Policimento moderno*. São Paulo: Edusp, 2000.

ROLIM, Marcos. *A síndrome da rainha vermelha*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006  
Capítulo 2 - Procurando antes da correnteza: As tendências do policimento no século XXI

**Center for Problem-Oriented Policing**  
<<http://www.popcenter.org>>

**Paz para quem tem carro**  
Polícia Militar, Mogi das Cruzes

**Disque-Denúncia,  
rompendo a lei do silêncio**  
Polícia Civil e Polícia Militar, São Paulo

**Legitimação a distância**  
Polícia Civil, São Paulo



# Inteligência Policial

A atividade de inteligência abarca um universo maior do que a mera busca de informação. Inteligência é a busca de conhecimento essencial para o serviço policial. A polícia dispõe de informações por meio do cadastro de ocorrências dos centros de operação, dos arquivos da identificação civil e criminal, dos boletins de ocorrência, dos termos circunstanciados, das sindicâncias e dos inquéritos policiais. Informantes, controles administrativos de armas e de diversões públicas, processos judiciais e arquivos do sistema prisional também oferecem dados preciosos. A tecnologia de informática disponibiliza linguagens sofisticadas e já é possível desenvolver programas que processam as informações para obter os conhecimentos específicos para o serviço policial e para a atividade de segurança pública.

Os policiais também podem e devem possuir e criar bancos de dados de *modus operandi* de criminosos e demais recursos que facilitem as investigações, reduzam riscos dos policiais e aumentem a eficiência da polícia. Nesse grupo estão incluídos o mapeamento das ocorrências e a produção de estatísticas policiais e criminais, indicadores e tendências para orientar as táticas e estratégias de enfrentamento da violência e da criminalidade.

# Disque-Denúncia, rompendo a lei do silêncio

Polícia Civil e Polícia Militar, São Paulo

Muitas ocorrências não são notificadas porque a população tem medo de fazer uma denúncia e depois sofrer algum tipo de represália. É a lei do silêncio: ninguém sabe, ninguém viu. Para não se expor, as testemunhas e as vítimas não falam e a polícia acaba prescindindo de informações que poderiam ser essenciais na investigação e na resolução de um crime.

No ano 2000, uma parceria entre a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e o Instituto São Paulo Contra a Violência criou o Disque-Denúncia, um serviço composto por policiais civis e militares que pretende superar esse problema. Qualquer pessoa pode ligar para o serviço e fazer uma denúncia anônima, que é encaminhada aos órgãos competentes.



## Saiba Mais!

### Policiais premiados

- Claudio de Campos, agente de telecomunicações
- Nilton Sergio de Matos, capitão da PM
- Marcos Akila Jo, delegado-assistente de polícia
- Wagner Galdino Fancio da Silva, escrivão
- Paulo Marcos da Silva, investigador
- Eduardo Oliveira de Lima, investigador
- Luzia Aparecida de Moraes, tenente da PM

### Telefone do

#### Disque-Denúncia: 181

Em São Paulo, o Disque-Denúncia funciona desde 2000 e registra mais de 1,6 milhão de denúncias recebidas. Ainda não é possível fazer denúncias pela Internet, apenas conhecer o serviço e seus resultados no website  
<[www.disquedenunciasp.org.br](http://www.disquedenunciasp.org.br)>

A fim de garantir o engajamento da comunidade e o comprometimento da polícia e do sistema judicial em usar as informações para identificar e processar criminosos, o Disque-Denúncia funciona da seguinte maneira. Quando alguém faz uma denúncia, recebe uma senha e não precisa fornecer nenhum dado pessoal. Essa senha, além de assegurar o anonimato, permite a quem denunciou ligar para o serviço outras vezes e acompanhar quais providências foram tomadas ou fornecer novos dados que ajudem na investigação. As ligações são gratuitas e podem ser feitas de qualquer parte da Grande São Paulo, 24 horas por dia, inclusive nos feriados.

Os atendentes do serviço encaminham as denúncias recebidas para uma equipe de policiais civis e militares, que fazem uma triagem dos casos e incrementam as denúncias com dados sobre foragidos, placas de veículos e outras informações contidas em boletins de ocorrência. As ocorrências são então encaminhadas ao delegado de polícia e ao oficial da PM que coordenam o Disque-Denúncia. Quando não se trata de um caso de polícia, a denúncia é encaminhada a outros órgãos.

Tal serviço não só rompe a barreira do silêncio e aproxima a população da polícia, como permite que os policiais possam planejar as ações de combate à criminalidade com base em dados fornecidos pela população. Assim, o policiamento pode ser direcionado para áreas com maior número de denúncias e ser executado de acordo com as características de crimes e outras ocorrências levantadas. O Disque-Denúncia inscreveu-se no Prêmio Polícia Cidadã em 2003 e, naquele ano, contabilizava mais de 100 mil denúncias recebidas com resolução de cerca de 3 mil casos. Segundo pesquisa feita pelo governo do Estado de São Paulo, é um dos órgãos de maior credibilidade em São Paulo.

# Paz para quem tem carro

Polícia Militar, Mogi das Cruzes

No início de 2005, o aumento do número de furtos de veículos estava incomodando os moradores de Mogi das Cruzes. O município, que tem cerca de 400 mil habitantes e costumava registrar 30 casos de furtos por mês, começou a ter uma média mensal de 80 furtos. Os carros eram levados para desmanches em municípios vizinhos e raramente recuperados. O descontentamento dos mogianos ecoava em reportagens nos jornais e em emissoras de TV locais. Os policiais militares que trabalhavam na 1ª Companhia, responsável pelo patrulhamento da área mais central de Mogi, no contato diário com a população sentiam a pressão por uma resposta rápida para o problema.

Decidido a combater esse tipo de crime com afinco, o comandante da companhia, capitão Alcides Dias Correa Neto, estimulou a criatividade dos integrantes de sua equipe propondo a criação de um plano de ação para enfrentar o problema. A melhor idéia apresentada seria colocada em prática e o policial seria indicado pela companhia para ser o "policial do mês do batalhão".

Os soldados Cláudio Rodrigues dos Santos e Jesus Mariano da Silva, do setor administrativo do batalhão, dedicaram-se então a estudar as possibilidades de combater o problema.



## Saiba Mais!

### Policiais premiados

- Alcides Dias Correa Neto, comandante da 1ª Companhia
- Cláudio Rodrigues dos Santos, soldado da PM
- Jesus Mariano da Silva, soldado da PM
- Rogério Fernandes Lúcio, comandante de patrulha
- Marcos Roberto Rodrigues de Andrade, comandante da base comunitária do centro de Mogi das Cruzes

### Contato

17º BPM/M – 1ª Companhia  
 Av. Maria Osório do Vale, 500  
 Alto do Ipiranga, São Paulo  
 Telefone: (11) 4727-7699

E-mail:

17bomm1cia@polmil.sp.gov.br

Mariano fez um mapeamento detalhado dos locais e horários dos furtos de veículos na cidade com base nos registros policiais. Além disso, traçou o perfil dos carros mais furtados. Cláudio, com essas informações, pensou em dividir o centro de Mogi das Cruzes em três quadrantes, nos quais o policiamento deveria ser mais constante e, com tal proposta, acabou sendo o vencedor do desafio. Como o trabalho dos dois policiais se completava, eles continuaram buscando informações do Infocrim e definindo estratégias de ação.

Quando o plano foi colocado em prática, cada quadrante passou a ter uma patrulha específica para combater o roubo de carros, composta por dois policiais e uma viatura. O policiamento tinha de ser constante e se não havia viaturas disponíveis a ronda era feita a pé. Os policiais já saíam às ruas sabendo quais os locais e os horários de maior incidência dessa espécie de crime, os tipos de veículos mais furtados, o modo de agir dos assaltantes e como fazer bloqueios para pegar os criminosos.

Ao longo dos meses, os policiais continuaram monitorando a frequência dos locais de furto e seus horários. A ajuda dos policiais de patrulha trazendo mais informações foi fundamental para aperfeiçoar o trabalho da equipe. Esses policiais foram responsáveis ainda por cadastrar todos os guardadores de carros de seus respectivos quadrantes. Alguns deles davam dicas aos ladrões sobre quais carros tinham alarme ou trava e quanto tempo costumavam ficar estacionados no local.

Ao colocar em prática um policiamento baseado no diagnóstico do problema, no planejamento das ações e na troca de informações entre os policiais, a ação teve resultados práticos muito claros. Enquanto nos primeiros meses de 2005 os furtos de veículos variaram entre 60 e 80, durante todo o primeiro trimestre de 2006 os registrados pelo Infocrim não chegaram a 20 por mês. E os policiais têm uma metodologia que pode ser aplicada no enfrentamento de outros crimes que afligem a cidade.

# Legitimação a distância

Polícia Civil, São Paulo

Legitimação é o processo de verificação da identidade de uma pessoa para poder se certificar se ela já responde por algum crime. Em São Paulo, esse processo é feito no Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (IIRGD), localizado no centro da cidade. Apesar de ser essencial para o trabalho de investigação da polícia, a legitimação implicava custos financeiros e humanos. Toda vez que era preciso fazer uma legitimação, policiais e viaturas eram deslocados de suas atividades e gastava-se horas e litros de combustível para percorrer o trajeto até o centro e retornar à delegacia com a informação obtida. A questão era ainda mais complicada para as delegacias do interior do Estado: em alguns casos, a demora no processo de legitimação podia chegar a uma semana.

Em 2005, o Departamento de Inteligência da Polícia Civil recebeu a tarefa de procurar soluções viáveis que reduzissem a necessidade de deslocamentos e, conseqüentemente, os custos envolvidos no processo de legitimação. Um sistema de "scaneamento" das imagens já tinha sido abandonado por causa do alto custo. A equipe empenhou-se para tentar retomar o projeto e conversou com os peritos papiloscopistas para entender as necessidades deles em relação à qualidade da imagem a ser analisada. Depois de vários testes chegou-se a uma impressão padrão, que era a de uma máquina multifuncional, ou seja, scanner, fax e impressora ao mesmo tempo.



## Saiba Mais!

### **Policiais premiados**

- Paula Cristina Nunes de Barros Scarance Fernandes, delegada
- Tânia Flávia Nagashima Simonaka, delegada
- André Dahmer, delegado
- Carlos Antônio Guimarães de Sequeira, diretor do IIRGD

### **Contato**

Divisão de Tecnologia da  
Informação do Departamento  
de Inteligência da Polícia Civil  
Rua Brigadeiro Tobias, 527  
São Paulo  
Telefone: (11) 3315-8600

Os policiais perceberam que a qualidade de impressão de um fax era a mesma de um arquivo de computador e decidiram usar a multifuncional também como fax e abandonar o sistema pelos *links*, para não congestioná-los. Foi então resolvida uma série de problemas com uma decisão bastante simples: instalar três máquinas multifuncionais no IIRGD e uma em cada delegacia seccional do Estado.

Os distritos da Grande São Paulo, assim como algumas divisões da polícia (DHPP, Deic e DAS), já receberam a multifuncional. Ao todo, 387 máquinas foram compradas e instaladas. Com o novo sistema, os investigadores passam também a preencher todos os dados no computador, junto com o formulário de pedido. A equipe da Divisão de Inteligência fez um treinamento e divulgou o guia explicativo e os novos procedimentos pela intranet da Polícia Civil.

Além da redução nos custos e no tempo da legitimação, que agora leva em média 20 minutos do horário da entrada do fax para o horário de envio da resposta (também via fax), essa mudança simples extravasou uma demanda reprimida por mais legitimações, e as requisições ao IIRGD aumentaram 20%.

# Valorizando a Inteligência Policial

As ações policiais ora em exame foram premiadas por serem inovadoras, eficientes e modelares. Agora são submetidas a uma nova apreciação, desta feita sob o enfoque da inteligência policial, com o objetivo de lhes dar uma dimensão maior e demonstrar que, ao serem revistas no contexto da segurança pública, vão além da proposição inicial. Afinal, a segurança atravessa uma crise sem precedentes, requerendo ela própria uma profunda revisão política para reverter o atual quadro de violência e criminalidade, e, enquanto tal não ocorre, o peso da tarefa recai sobre o aparelho policial. Daí a oportunidade de destacar a iniciativa, o esforço e a contribuição de policiais em sair da mesmice paralisante que domina nossas instituições e buscar novos instrumentos para melhor cumprir sua missão.

A inclusão das ações na categoria 'Inteligência Policial' tem o condão de demonstrar objetivamente que a atividade de inteligência abarca um universo maior do que a mera busca de informação. É apenas um dos insumos necessários ao raciocínio, que leva à compreensão ou a 'saber das coisas e dos fatos'. Em síntese, inteligência é procura de conhecimento, e inteligência policial não se confunde com sistema de informação. O saber das coisas e dos fatos é essencial para o serviço policial, como o é para a adoção das medidas proativas de segurança pública. E as ações indicadas encaixam-se nesse universo.

O elevado número de ocorrências policiais registradas, aliado ao arcaísmo dos procedimentos de apuração criminal praticados em nosso país, demanda iniciativas como o Disque-Denúncia para contornar as justas e razoáveis objeções do cidadão em colaborar com a polícia fornecendo informações. A fórmula encontrada para superar esse obstáculo foi a criação de um canal de comunicação confiável, que fosse administrado com profissionalismo e apresentasse resultados concretos e visíveis.

A articulação do Disque-Denúncia com a área de inteligência da polícia, disponibilizando uma nova fonte de informações para processamento, deu enorme impulso às apurações de ilícitos e à conseqüente resposta policial. Confirma que o constrangimento imposto à testemunha, a burocracia dos procedimentos legais e o tratamento nem sempre atencioso que recebem na delegacia inibem a colaboração voluntária do cidadão. Demonstra, ainda, que a interação polícia-população é viável, bastando a quebra da resistência corporativa e da desconfiança do habitante da cidade, o que igualmente ocorre com as parcerias sadias que somam benefícios para a sociedade, como a celebrada entre a SSP/SP e o Instituto São Paulo Contra a Violência. Ou seja, que a comunidade está pronta para colaborar com a polícia, desde que ela adquira, ou melhor, faça por merecer sua confiança.

A ação desenvolvida na cidade de Mogi das Cruzes é típica de inteligência que mostra como na prática a utilização desse tipo de estratégia gera resultados concretos na diminuição de determinadas ocorrências

criminais. Colher dados dos boletins de ocorrência, complementá-los com informações fornecidas pelos policiais que atuam nas áreas com maior incidência do crime que se quer combater, ouvir as vítimas e outras pessoas que possam trazer informações importantes, são passos essenciais para se desenhar um plano realmente eficaz, e fizeram parte dessa ação.

A iniciativa do comandante da citada companhia, de propor um desafio aos seus subordinados, é louvável não só pela valorização da inteligência em vez da força, como também por abrir um espaço para que qualquer policial pudesse pensar, desenhar e implementar uma estratégia de inteligência que enfrentasse o problema do roubo de carros. Assim, a ação desenvolvida gera resultados que vão além da queda no número de roubos de veículos: cria uma cultura em que a inteligência assume um lugar de destaque e pode estimular todas as futuras ações dessa equipe.

Legitimação a distância foi outra ação premiada pela simplicidade e pelos benefícios práticos oferecidos. Logo se transformou numa rotina policial ágil e segura para a identificação dos indigitados por cometimento de delitos, com a vantagem adicional de utilizar equipamentos de baixo custo para acelerar o processo. O potencial desse inovador modelo vai além, pois possibilita o tráfego da informação pela área de inteligência, viabilizando seu cruzamento com eventuais antecedentes criminais do legitimado e com os dados dos bancos de suspeitos, como *modus operandi*, fotografias de criminosos e outros. Os conhecimentos extraídos desse processamento podem ser de grande valia para as investigações se repassados de pronto à autoridade responsável.

É tempo de a sociedade reconhecer os policiais competentes, estimular seus companheiros a aperfeiçoar os procedimentos e apoiar as ações que refletem na segurança coletiva. A polícia não é um 'mal necessário' como alguns dizem e os maus policiais fazem crer. Independentemente do adjetivo que a identifica, a polícia foi criada para nos proteger, manter a paz social e tornar efetiva a lei. Portanto, louvemos os bons policiais!

### **Paulo Sette Câmara**

*Por mais de 20 anos foi policial em Minas Gerais e ingressou na Polícia Federal em 1973, onde se aposentou como delegado. Exerceu o cargo de Secretário de Segurança Pública do Pará em dois períodos (4 + 8 anos) e atualmente preside o Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.*

## Textos de referência

BEATO, Claudio. *Informação e Desempenho*  
Disponível em: <<http://www.crisp.ufmg.br/InfoPol.pdf>>

DANTAS, George Felipe de Lima et al. *As bases introdutórias da análise criminal na inteligência policial*. Disponível em: <[http://www.justica.gov.br/senasp/biblioteca/artigos/art\\_As%20bases%20introdu%C3%B3rias....pdf](http://www.justica.gov.br/senasp/biblioteca/artigos/art_As%20bases%20introdu%C3%B3rias....pdf)>.

GOMES, Heraldo. *Vestígios da inteligência policial*.  
Editorial Garamond.

MENEZES, Rômulo Fisch de Berrêdo; GOMES, Rodrigo Carneiro. Integração dos sistemas de inteligência. Por uma mudança de paradigmas e mitigação da síndrome do secretismo. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n. 1116, 22 jul. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8683>>.

ROLIM, Marcos. *A síndrome da rainha vermelha*.  
Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.  
Cap. 8 - Estatísticas criminais: Ou a conta de Humpty-Dumpty

## Cursos de especialização

Curso de pós-graduação *lato sensu* de especialização em inteligência de Estado e inteligência de segurança pública com direitos humanos.

Fundação Escola Superior do Ministério Público.

Informações pelo telefone (31) 3295-1023

**Centro Psicossocial,  
Delegacia de Defesa da Mulher**  
Polícia Civil, São Paulo

**Polícia para a comunidade**  
Polícia Militar, São Paulo

**Programa Bem-Me-Quer**  
Polícia Técnico-Científica, São Paulo

**Projeto Educar para a Paz**  
Polícia Civil, São Paulo

**Comprometimento com a  
comunidade na recomposição  
da auto-estima policial**  
Polícia Militar, São Paulo

**Delegacia participativa:**  
Confiança e respeito reconquistados  
pela integração com a comunidade  
Polícia Civil, São Paulo

**Policciamento comunitário  
em União de Vila Nova  
(favela Pantanal)**  
Polícia Militar, São Paulo

**Rede comunitária:**  
Um alicerce para a  
prevenção da violência  
Polícia Militar, São Paulo



# Atendimento ao público e aproximação com a comunidade

A polícia atende a uma proporção bastante alta de ocorrências não diretamente criminais (trânsito, brigas, aconselhamento, prevenção ao crime, emergências médicas entre outras). Isso comprova que a imagem da polícia como um grupo de profissionais capacitados somente para a perseguição a criminosos perigosos, o enfrentamento armado com bandidos e tiroteios não define a rotina do policial.

Nessa categoria encontraremos experiências práticas de implementação de estratégias de aproximação com a comunidade e atendimento ao público que foram decisivas para a redução da criminalidade e a mudança de imagem da polícia na sociedade.

# Comprometimento com a comunidade na recomposição da auto-estima policial

Polícia Militar, São Paulo

Em maio de 2003, a capitã Adriana Nunes assumiu o comando da 1ª Companhia do 21º Batalhão, no bairro da Mooca, em São Paulo. Ela logo sentiu qual seria seu maior desafio: melhorar a auto-estima da tropa, reaproximar os policiais da comunidade e, assim, resgatar a credibilidade da Polícia Militar no bairro. Na ocasião, 107 policiais militares trabalhavam na companhia, e cerca de 70% deles eram recém-chegados da academia de polícia. A inexperiência da tropa contribuía para o difícil relacionamento com os moradores. Sucessivas trocas de comando, um alto índice de erros dos policiais e problemas de administração da companhia eram fatores que só pioravam a situação.

A capitã planejou e colocou em prática três tipos de ações: de recuperação da auto-estima dos policiais, de prevenção primária voltada para a comunidade e de aplicação de conceitos de gestão para



## Saiba Mais!

### **Policiais premiados**

- Adriana Cristina Sgrigneiro Nunes, capitão da PM
- Rogério Wagner Pinto, soldado da PM
- Fabiana de Carvalho Marinho, soldado da PM
- Fernando de Lima Mangini, cabo da PM

### **Contato**

1ª Companhia do 21º BPM/M  
Rua Jacob Penteado, 129  
Mooca, São Paulo  
Telefone: (11) 6215-0379

Capitão Adriana Cristina  
Sgrigneiro Nunes  
E-mail:  
adrianas@polmil.sp.gov.br

### **Parceiros**

Comerciantes e diretores  
de escolas públicas  
da região

melhorar o atendimento ao público. Ela resolveu acompanhar os problemas de cada policial, identificar cada perfil e colocá-los em funções condizentes com a sua personalidade. Os policiais foram estimulados a dar palestras para a comunidade a fim de mudar a imagem da corporação e despertar o senso de responsabilidade dos soldados pelo seu trabalho. O contrário também aconteceu: os policiais foram convocados para assistir a palestras com o intuito de ter mais qualidade de vida. Além disso, ganharam uma biblioteca e um espaço de lazer na sede da companhia.

As ações de prevenção primária desenvolvidas pelos policiais envolveram desde distribuição de panfletos de orientação sobre bloqueio policial até reuniões com empresários para diagnosticar os problemas de uma área industrial e a realização de Jornadas de Cidadania, com palestras e arrecadação de alimentos e agasalhos. Também foram desenvolvidas ações específicas em ruas que apresentavam altos índices de furtos e roubos de veículos. No largo São Rafael, local com uma população majoritariamente de idosos, os policiais implementaram ações de policiamento comunitário e realizaram palestras sobre prevenção de delitos.

No início, os soldados resistiram às mudanças, mas o reconhecimento da população e o estímulo às boas ações fizeram a maioria perceber que estava ganhando o respeito dos colegas e da comunidade. A capitão fez questão de divulgar todos os bons procedimentos da tropa com clareza em um quadro de avisos colocado em local de destaque na companhia. Além das regras de boa conduta, o quadro divulgava os elogios oficiais e as láureas de mérito pessoal, que triplicaram de 2003 a 2004, enquanto as punições disciplinares e as licenças médicas caíram drasticamente. As instalações dos policiais, como o alojamento feminino, as salas de trabalho e o refeitório, foram reformadas. A companhia ganhou um setor de atendimento ao público que recebeu muitos elogios dos moradores. Com todas essas transformações, os policiais da 1ª Companhia do 21º Batalhão passaram a trabalhar de cabeça erguida e a contar com o respeito da comunidade.

# Centro Psicossocial, Delegacia de Defesa da Mulher

Polícia Civil, São Paulo

A 1ª Delegacia da Mulher foi inaugurada na cidade de São Paulo em 1985 para prestar atendimento à mulher vítima de violência física e sexual. No dia-a-dia, as policiais notaram que o problema da violência doméstica atingia também as crianças e os próprios maridos ou companheiros agressores. A delegada titular decidiu então criar um centro psicossocial dentro da delegacia para atender tanto as mulheres quanto seus familiares e, assim, complementar o trabalho policial.

O centro foi criado graças a convênios com faculdades de assistência social e de psicologia, que encaminham estagiários para prestar atendimento psicológico e social na delegacia.

Grupos específicos atendem vítimas e crianças, adolescentes, casais, agressores e até realizam sessões de terapia individual, se for o caso. Também são atendidas no centro as mulheres e crianças que estão no abrigo Convida, que acolhe vítimas de ameaças constantes que não podem circular.



## Saiba Mais!

### **Policiais premiados**

- Ana Paula de Oliveira, escrivã
- Dercy Hojas da Rocha da Silva, escrivã
- Isabel Cristina Maziero, delegada
- Jacqueline Grande, escrivã
- Júlio Cesar Rosa, investigador
- Lucia Helena Campos Silveira, escrivã
- Luiz Carlos Arruda, agente policial
- Maria Teresa Gonçalves Rosa, delegada titular
- Mariluce Aparecida Gomes, investigadora
- Marli Mauricio Tavares, delegada
- Natalia Risciutti, escrivã
- Raquel Cristina Cardoso, delegada
- Sandra Ceraldi Carrasco, escrivã
- Sandra Maria Santiago Nóbrega, escrivã
- Selma de Moura Souza e Silva, escrivã
- Sidney de Oliveira, investigador
- Silvia Helena Madeira Garrido, delegada

Enquanto as mães são atendidas no centro, suas crianças ficam na brinquedoteca, sob a supervisão de profissionais especializados em ludoterapia. A brinquedoteca foi montada com a ajuda da comunidade e pretende ser um ambiente diferente do plantão policial, garantindo o bem-estar das crianças durante o atendimento às mães que vão fazer uma denúncia ou sessão de terapia.

O centro psicossocial passou a oferecer também terapia individual e em grupo para os policiais da delegacia, que lidam com diversas situações de estresse e violência e precisam de um espaço para trabalhar suas emoções.

O centro foi inaugurado em 2001 e nos seus primeiros dois anos de existência já havia atendido mais de 4 mil pessoas.

### **Contato**

1ª Delegacia de Defesa da Mulher  
Rua Dr. Bittencourt Rodrigues, 200  
Parque Dom Pedro, São Paulo  
Telefone: (11) 3241-3328  
Período de atendimento: 24 horas,  
todos os dias

### **Parceiros**

Faculdade Paulista de Assistência Social e Faculdade Paulistana de Ciências e Letras

# Polícia para a comunidade

Polícia Militar, São Paulo

Comparada com outros locais da cidade de São Paulo, a Praça Oscar da Silva, no bairro de Vila Guilherme, é um local tranqüilo. Mas há alguns anos os policiais da base comunitária que funciona na praça começaram a se preocupar com o aumento de crimes no entorno, como furto de carros, de motos e até de residências. A prática de roubos à mão armada alarmou ainda mais os moradores. A própria praça estava sendo usada por consumidores de álcool, que não se inibiam com a presença dos policiais.

O problema começou a ser resolvido quando o sargento Luiz Carlos Pereira chegou, em março de 2005, para comandar a base. O comando do batalhão autorizou o aumento da equipe na base comunitária, possibilitando assim que alguns policiais pudessem sair para atender às ocorrências. O sargento Pereira decidiu então transformar a praça em um ambiente menos hostil tanto para os policiais quanto para a comunidade.



### Saiba Mais!

#### **Policiais premiados**

- Luis Carlos Pereira, comandante da base comunitária de segurança
- Maria Íris Rodrigues, soldado da PM
- Andréia Pereira Araújo, soldado da PM
- Angélica Bezerra Lins, soldado da PM

#### **Contato**

Base Comunitária  
Praça Oscar da Silva  
Vila Guilherme, São Paulo  
Telefone: (11) 6900-0755

#### **Parceiros**

Comunidade e Unip  
da Vila Guilherme

Os policiais organizaram um mutirão de limpeza da praça e, com o apoio financeiro de uma universidade privada próxima, os canteiros foram todos refeitos. Com a ajuda da subprefeitura, os policiais conseguiram melhorar a iluminação da praça. Os brinquedos e as mesas de concreto com tabuleiros foram reformados. Essas mudanças já foram suficientes para trazer de volta os antigos freqüentadores da praça, como as crianças de uma escola estadual vizinha, donas de casa e aposentados, que se tornaram freqüentadores assíduos. Os indigentes foram encaminhados a albergues da região, e os jovens que antes só brigavam na praça passaram a interagir com os policiais.

Feitas as melhorias, os policiais concentraram esforços em criar laços com os moradores do entorno. O sargento decidiu apresentar sua equipe para o maior número de moradores da área de atuação da base, que tem cerca de 2 km<sup>2</sup>. Os policiais que faziam a patrulha batiam de porta em porta dizendo quem eram, entregavam folhetos sobre segurança e um cartão com o número do telefone da base. Esse conhecimento prévio da população ajuda muito nas ocorrências do bairro. Quando alguém liga, os policiais já sabem quem é a pessoa e o que devem encontrar pela frente. Esse contato mais próximo também permite que muitos moradores denunciem algumas ocorrências, pois confiam nos policiais da base.

A manutenção da praça como um lugar agradável para toda a comunidade faz parte do esforço diário dos policiais. Um exemplo disso é o projeto "Cinema na praça": uma vez por mês as crianças do bairro e de uma favela próxima reúnem-se para assistir a um filme projetado em um telão. Outras ações promovidas pela base beneficiam jovens e moradores da terceira idade, como o baile dançante.

Essa boa relação influi diretamente na diminuição dos crimes, que tanto incomodavam a todos que passavam pela praça. Os moradores perderam o medo de fazer denúncias e a polícia consegue se antecipar aos crimes.

# Delegacia participativa: Confiança e respeito reconquistados pela integração com a comunidade

Polícia Civil, São Paulo

Funcionários pouco motivados, espaço físico deteriorado, escassez de recursos para reverter esse quadro. Essa era a situação do 9º Distrito Policial, localizado no Carandiru, zona norte de São Paulo, em 2002. Um ano antes, uma rebelião praticamente destruiu a carceragem do DP, que, na época, abrigava cerca de 200 presos. O prédio estava em péssimas condições e precisava de uma reforma não só física, como conceitual.

Entre 2002 e 2003, o delegado titular, Roberto Pacheco de Toledo, uniu forças com a comunidade para concretizar as mudanças necessárias. Ele pediu e contou com o apoio de empresários e comerciantes da região para financiar a reforma. Para evitar



### Saiba Mais!

#### **Policiais premiados**

- Roberto Pacheco de Toledo, delegado titular do 9º DP
- Evandro Hilton Leal, delegado
- José Roberto Toledo Rodrigues, delegado
- Edson Bispo dos Santos, escrivão-chefe
- André Roberto de Lima, escrivão
- Paulo Marcelo Ruiz Bury, escrivão

#### **Contato**

9º DP Carandiru  
Rua dos Camarés, 94  
São Paulo  
Telefone: (11) 6909-8571

#### **Parceiros**

- 100 empresários que investiram tempo e dinheiro na reforma da delegacia
- Antônio Pamplona, professor de psicologia que cuida do Centro de Cidadania
- Instituto Brasil Leitor, responsável pela biblioteca do distrito policial

desvio de dinheiro e qualquer desconfiança dos comerciantes, uma organização não-governamental foi criada pelos empresários. Todas as doações eram depositadas em uma conta, da qual se tirava o dinheiro para o pagamento dos fornecedores e pedreiros. Nenhum policial tinha acesso à conta, e os saques só podiam ser feitos por representantes da ONG.

Paralelamente à mudança física, o delegado procurou estabelecer novas rotinas e conceitos no trabalho dos funcionários da delegacia. Em parceria com um professor de psicologia, foi criado um Centro de Cidadania para melhorar o atendimento à população e complementar o trabalho dos policiais. O centro tem três núcleos para atendimento psicológico, jurídico e social, onde estagiários fazem uma triagem inicial das pessoas que procuram o plantão policial. O núcleo atende, em média, 190 pessoas por mês.

No local onde funcionava a carceragem, foi instalada uma biblioteca, montada com a ajuda da ONG Instituto Brasil Leitor. A biblioteca conta com um acervo de cerca de 3 mil livros e é aberta a toda a comunidade. É também um espaço mais agradável para quem está acompanhando vítimas de crimes que vão à delegacia prestar queixa. O prédio ainda dispõe de salas de espera e uma capela.

Por causa da reforma e da melhoria na qualidade do atendimento, o distrito policial tornou-se uma referência para a comunidade. Com essas mudanças, houve um aumento de 35% no índice de esclarecimentos nos inquéritos abertos.

# Programa Bem-Me-Quer

Polícia Técnico-Científica, São Paulo

A mulher que sofre violência sexual precisa de um atendimento especializado, individual e ágil. Precisa, também, de apoio psicológico e informações médicas essenciais para garantir seu bem-estar. Infelizmente, esse tipo de atenção não é comum e, muitas vezes, as vítimas têm de lidar com problemas que vão desde o despreparo dos distritos policiais para recebê-las, a falta de atenção médica especializada, até o constrangimento de passar por exames periciais ao lado de todo tipo de vítimas.

Até 1999, a cidade de São Paulo dispunha de um serviço de Sexologia Forense, que garantia às mulheres vítimas de violência sexual pelo menos um atendimento pericial diferenciado.

Quando esse serviço foi desativado, uma equipe de médicas legistas procurou a Superintendência da Polícia Técnico-Científica para garantir algum tipo de assistência a essas vítimas. Foi assim, numa parceria entre a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria



## Saiba Mais!

### **Policiais premiados**

- Ederli Assunção Ruiz,  
médica-legista
- Eliete Coelho Bastos Pacheco,  
médica-legista
- Emiko Suguio Casa Santa,  
médica-legista
- José Jarjura Jorge Jr.,  
diretor do centro de perícias
- Kazuco Nakai Murata,  
médico-legista

### **Contato**

Programa Bem-Me-Quer -  
Hospital Pérola Byington  
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 683  
Bela Vista, São Paulo  
Telefone: (11) 232-3433,  
ramal 292 ou 341

Período de atendimento:  
24 horas, todos os dias.

de Saúde, que surgiu a idéia de criar um serviço de atendimento diferenciado e integral, que oferecesse assistência policial, pericial, médica e jurídica para essas mulheres.

A iniciativa, que recebeu o nome de Programa Bem-Me-Quer, foi implementada no ano de 2001 no Centro de Referência de Saúde da Mulher – Hospital Pérola Byington. No ambulatório de assistência à vítima de violência sexual, foram instalados um posto médico legal, um serviço de assistência social e psicológica e um serviço de agendamento para que as vítimas pudessem ter atendimento prioritário na Procuradoria do Estado.

Assim, no momento em que uma vítima vai à delegacia fazer uma denúncia, é conduzida em uma viatura adequada até o hospital, onde, em um único lugar, passa por todas as etapas de atendimento até ser reconduzida de volta ao DP. Os profissionais do programa são especializados e passam continuamente por treinamentos para aperfeiçoar o trabalho.

Em seu primeiro ano de existência, o Programa Bem-Me-Quer atendeu 3.245 vítimas e esse número cresce a cada ano, demonstrando a confiança das mulheres nesse serviço tão importante.

# Policiamento comunitário em União de Vila Nova (favela Pantanal)

Polícia Militar, São Paulo

No ano de 2001, União de Vila Nova era uma área crítica, marcada pela criminalidade, que impedia o desenvolvimento da comunidade. As tentativas da polícia para intervir na região não surtiam efeito nos índices de violência. O auge da crise foi a morte de uma criança, atingida por uma bala perdida no meio de uma discussão entre duas jovens armadas.

A partir desse caso, a comunidade mobilizou-se e a polícia começou a preparar uma nova estratégia de ação. O capitão Roberto Oliveira Campos assumiu o comando da 2ª Companhia do 2º Batalhão e decidiu colocar em prática o que tinha estudado em um curso de aperfeiçoamento de



### Saiba Mais!

#### **Policiais premiados**

- Carlos Henrique de Souza Bonfim, sargento da PM
- Ednilson Lopes de Brito, cabo da PM
- Heloísa Sousa Palha Correia, cabo da PM
- Roberto Oliveira Campos, capitão da PM
- Rui Baptista Martins, soldado da PM

#### **Contato**

Major Roberto Oliveira Campos  
E-mail:  
rocamos@polmil.sp.gov.br

#### **Parceiros**

Comunidade e  
escolas da região

oficiais. Sua monografia de final de curso tinha como tema “Segurança de Crianças – uma proposta para o policiamento comunitário”, e foi justamente a aproximação com as crianças das escolas da região que ele escolheu como uma maneira de quebrar as barreiras que separavam a polícia dos moradores.

Antes de ir para as ruas, foi necessário influenciar a cultura dos próprios policiais, realizando treinamentos para que eles mudassem de comportamento perante a comunidade. Era preciso substituir o uso da força pela valorização do ser humano, resgatando a confiança dos moradores e criando condições para o desenvolvimento das crianças.

Os policiais da equipe passaram então a realizar encontros com professores, diretores e alunos das escolas da região e promoveram reuniões com líderes comunitários e moradores. A polícia formou uma equipe responsável pela segurança escolar, que recebeu capacitações sobre policiamento comunitário e direitos humanos. Junto com a comunidade, foram promovidos eventos nas escolas e na sede da Companhia da PM, além de passeios culturais pela cidade. Foi criada também a Semana da Cidadania, reunindo serviços gratuitos e apresentações culturais para os moradores.

Com tais iniciativas, a polícia pôde comemorar não só a reaproximação com a comunidade, como a queda da sensação de insegurança e dos índices de violência na área.

# Projeto Educar para a Paz

Polícia Civil, São Paulo

O 64º DP, localizado em Cidade A E Carvalho, zona leste de São Paulo, enfrentava problemas que só aumentavam o abismo entre policiais e comunidade. Diariamente, eram inúmeros os casos de professores e diretores de escolas que queriam registrar ou pedir ajuda para enfrentar atos de violência dentro desses estabelecimentos. A equipe não conseguia dar conta de atender a todas as demandas nos plantões e um simples registro de ocorrência demorava horas para ser feito. Para piorar a situação, a carceragem do DP abrigava 120 presos, que dispunham cada um de uma área de menos de meio metro quadrado, o que gerava uma sensação de perigo e estresse permanente.

Como conciliar a responsabilidade da custódia de indivíduos às vezes perigosos com a necessidade de dispensar um tratamento digno às pessoas que procuravam o plantão policial? Para resolver esse desafio, a equipe optou por trabalhar em duas frentes: com o público interno e, de outro lado, com a comunidade.



### Saiba Mais!

#### Policiais premiados

- Arileu Gil Braz, escrivão
- Marco Antonio Cicone, delegado de polícia
- Sonia Maria Pereira, escrivã

#### Contato

Dr. Marco Antonio Cicone  
Telefone: (11) 2104-0439

#### Parceiros

- 22 escolas da região
- Igrejas
- Associações comunitárias

O primeiro passo foi identificar as entidades representativas no bairro e realizar algumas reuniões de aproximação. Os policiais também começaram a participar e reformular o Conseg local e entraram em contato com entidades como o Sesi, o Lions Clube, a associação de comerciantes local e até a Pastoral Carcerária.

Em uma reunião com a comunidade, decidiu-se implementar o Projeto Educar para a Paz, que consistiria na ampliação do trabalho da polícia nas escolas. Assim, foram promovidos diversos eventos, como um concurso periódico de redação, um concurso de grafite nos muros do 64º DP e a coleta e distribuição de presentes e alimentos para famílias carentes. Em 2003, 22 escolas participaram do concurso de redação, demonstrando a adesão dos moradores à iniciativa. Também em 2003, foi realizado no bairro o Passeio Ciclístico Pedalando pela Paz, que contou com a presença de 4 mil pessoas.

Paralelamente, a delegacia foi reorganizada para agilizar o atendimento. Cedendo a uma reivindicação antiga de moradores e funcionários da delegacia, a carceragem foi desativada, liberando os policiais para investigar crimes e melhorar o atendimento à população.

Com tais iniciativas, houve uma queda de 18% na taxa de homicídios, de 7% na taxa de roubos de veículos e de 8% nos furtos de veículos na região.

# Rede comunitária: Um alicerce para a prevenção da violência

Polícia Militar, São Paulo

Cansados de tanta insegurança, os moradores do Jardim Ranieri, bairro do Jardim Ângela, zona sul de São Paulo, brigaram muito para ter uma base comunitária da Polícia Militar. E conseguiram! No início de 1999, foi construída nesse bairro a segunda Base de Policiamento Comunitário do Estado de São Paulo. Um grupo de 32 homens e mulheres passou a trabalhar na base, de difícil acesso, localizada sobre um barranco. Não havia onde estacionar as viaturas, os cidadãos precisavam fazer equilíbriço para entrar na base, e os policiais não conseguiam manter suas fardas e o local limpo.

Adolfo de Moura Lóra, um dos soldados desse grupo comandado pelo sargento Vieira, sentia dificuldade em conquistar a confiança dos moradores do bairro e não se conformava em trabalhar naquelas condições. Determinado e com a devida autorização dos superiores, entrou em contato com a subprefeitura do Campo Limpo para pedir ajuda.



### Saiba Mais!

#### **Policial premiado**

- Adolfo de Moura Lóra,  
soldado da PM

#### **Contato**

Base Comunitária do  
Jardim Ranieri  
Estrada do M'Boi Mirim, 5.780.  
Jardim Ranieri, São Paulo  
Telefone: (11) 5833-2111

#### **Parceiros**

- Subprefeitura do Campo  
Limpo e comerciantes  
do bairro

Conseguiu a liberação de 14 serventes de pedreiros para trabalhar durante 14 dias, além de algumas máquinas. Ele convidou então 120 comerciantes do Jardim Ranieri para que comparecessem na base comunitária, para tratar de um assunto de interesse de todos. Apreensivos e curiosos, 95 deles compareceram e passaram a manhã ouvindo do soldado o que seria preciso para tocar a obra de melhoria nas instalações da base e por que a reforma era tão importante para o bom desempenho do trabalho policial. O encontro terminou por volta das 13 horas e às 15 horas, os primeiros sacos de cimento começaram a chegar, enviados pelos comerciantes.

Depois de arrecadar 122 sacos de cimento, três caminhões de areia e dois caminhões de pedra, os serventes da prefeitura começaram a trabalhar na obra da base comunitária. Cada vez que faltava algum cano, válvula, ou ferramenta, o soldado Lóra recorria às lojas de construção do bairro, que ajudaram muito. No final dos 14 dias de obra, um churrasco foi promovido pelos policiais com a presença de todos os que ajudaram, inclusive os serventes da prefeitura, que se dedicaram para que a obra fosse terminada no prazo.

Desde então, as confraternizações são freqüentes na área comum da base. A mais tradicional acontece no dia 12 de outubro, quando dezenas de crianças passam o dia se divertindo. Essa história de união e encontros freqüentes possibilitou que a polícia conseguisse se aproximar da população local e conquistar a sua confiança. Hoje, os policiais são uma referência e recebem denúncias de crimes que vão acontecer, sem que os informantes tenham medo de ser descobertos. Isso contribuiu para a queda de crimes no bairro e gerou um aumento da capacidade de resolução eficiente das ocorrências criminais.

# Atendimento ao público e aproximação com a comunidade: corações e mentes no trabalho de polícia

O Prêmio Polícia Cidadã tem premiado ações cujo principal mérito é sua capacidade criativa, decidida e muitas vezes ousada de se aproximar da comunidade. Ou seja, ações cujos resultados foram conquistados por meio de estratégias inteligentes de atendimento do “público da polícia”, que são os cidadãos, as vítimas e algumas vezes seu público interno, isto é, os próprios policiais.

Freqüentemente, e não só no Brasil, a maioria da população imagina que trabalho de polícia “de verdade” é a perseguição a criminosos perigosos, o enfrentamento armado com bandidos, tiroteios e pegadas de carros com sirenes ligadas nas ruas da cidade. Essas cenas povoam o imaginário de boa parte da sociedade. O problema é que não só a população imagina isso, mas a mídia também. E o pior: muitas vezes os próprios policiais acreditam que trabalho de polícia verdadeiramente importante são as ocorrências chamadas “criminais”, especialmente as de combate ao crime organizado, as operações de enfrentamento de traficantes e a prisão de criminosos conhecidos.

Preocupado com isso, há mais de 20 anos David Bayley, um dos primeiros e mais importantes estudiosos sobre polícia no mundo, mensurou as atividades policiais em 21 cidades de sete países (Estados Unidos, Inglaterra, França, Noruega, Índia, Sri Lanka e Cingapura). Bayley descobriu que a polícia atende a uma proporção bastante alta de ocorrências não diretamente criminais (trânsito, brigas, aconselhamento, prevenção ao crime, emergências não-criminais e outras). Estudos desse tipo foram repetidos no Brasil. No Rio de Janeiro, por exemplo, um estudo recente de Bárbara Soares e Leonarda Musumeci concluiu que “rixa, maus-tratos, contravenções, furtos, atendimentos ao público, ocorrências de trânsito e as ‘encerradas no local’ respondem por mais da metade dos boletins de ocorrência lavrados pela PMERJ entre 1993 e 2001. Se se acrescentam a essas categorias lesões corporais e crimes sexuais, suicídios e tentativas de suicídio, tumultos, localização de crianças e adolescentes infratores, e ‘auxílios’ prestados a outros órgãos públicos, obtém-se em alguns anos uma proporção do total de ocorrências superior a 70%. Vale sublinhar que isso se refere apenas às atividades registradas, sendo que grande parte, talvez a maior parte, da atuação cotidiana dos PMs nas ruas – e estamos falando de atividades legais – não é registrada ou sequer é registrável na forma de boletins de ocorrência”.

Atualmente, depois de anos de demonstrações científicas, cursos nas academias e reformas na polícia – e mesmo reconhecendo que a grande demanda por presença policial nas cidades não se resume ao trabalho criminal estrito senso –, ainda perdura entre alguns uma antiga cultura de que ações de atendimento ao público seriam “serviços sociais”. Segundo essa visão, esses trabalhos podem ser até importantes, mas só são feitos pela polícia porque faltam outros profissionais no Estado (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos). De acordo com essa cultura, ações de aproximação com a comunidade são atividades menores, perfumarias no dia-a-dia da polícia.

As oito ações selecionadas nessa categoria são uma resposta definitiva para quem ainda tinha dúvidas sobre a relevância policial de estratégias de aproximação com a comunidade e de atendimento ao público. São ações em que se demonstra cabalmente que a redução dos índices de criminalidade, a elevação de produtividade policial (por exemplo, apreensão de armas e drogas, melhoria dos índices de registro e esclarecimento de crimes) e o aumento da confiança na polícia devem-se precisamente a estratégias ousadas e perspicazes de aproximação com a comunidade e atendimento ao público. Ou seja, ali onde as estratégias tradicionais de “combate ao crime” falharam, as ações comunitárias funcionaram.

Algumas dessas ações, como o centro de atendimento a mulheres vítimas de violência sexual Pérola Byington, a delegacia participativa do 9º DP do Carandiru e a nova Delegacia da Mulher Centro demonstram que o trabalho de polícia não acaba depois que o crime acontece (e, portanto, quando a polícia teoricamente teria “falhado”), mas começa exatamente quando a vítima procura a polícia. O atendimento rápido, respeitoso e eficiente é crucial tanto para que as investigações daquele crime específico andem e culpados sejam identificados, como para criar uma cultura de combate à impunidade (especialmente no caso de estupro, violências domésticas e outros crimes interpessoais) que se estende a toda a comunidade e muda paradigmas em relação às respostas da polícia. Além disso, o tratamento cuidadoso da vítima reflete-se ainda na valorização do profissional de polícia. É muito sintomático que esses projetos incluam acompanhamento psicológico para o policial. Lidar diariamente com tragédias que não podemos evitar, mas cujas feridas podemos ajudar a cicatrizar, requer coragem e qualificação sofisticada. Por exemplo, os resultados obtidos pela delegacia participativa do Carandiru foram tão impactantes, que ela foi classificada entre as cinco melhores delegacias numa seleção mundial que avaliou 471 delegacias em 23 países quanto ao atendimento ao público. Ou seja, além dos efeitos locais, essas ações têm também o importante papel de servir de modelo e inspiração para outras iniciativas de polícia no Brasil.

A ação de recomposição da auto-estima policial na Cia. da Mooca é a ilustração mais eloqüente de que é preciso investir no policial para obter resultados na luta contra o crime. De que é necessário acompanhar o desempenho policial com rigor e eficiência, mas sem perder a ternura, isto é, sem deixar de reconhecer que se o público interno não for cuidado, dificilmente poderemos cuidar do público

externo. A ação na 1ª Cia. do 21º BPM cria um modelo de ação policial em que o comprometimento com a comunidade surge via compromisso com a recuperação do respeito ao policial e a sua qualificação.

A Base Comunitária do Jardim Ranieri, o Policiamento Comunitário na Favela Pantanal e a Polícia para a Comunidade são expressões máximas da aproximação com a comunidade exatamente ali onde os laços com a polícia estavam desfeitos, fraturados, onde imperava a desconfiança, a desesperança e algumas vezes o ódio. Os três casos são também exemplos do extraordinário potencial de policiais que atuam na ponta e se relacionam diretamente com os cidadãos e cidadãs que compõem um mundo, uma comunidade que precisa responder ao crime, na qual se incluem jovens, comerciantes, diretoras de escolas, gestores de saúde, religiosos e outras lideranças locais.

Sem aportes financeiros, sem tecnologias de última geração, sem novos contingentes, viaturas, armamentos ou outros insumos, esses policiais demonstram que é possível fazer uma verdadeira revolução na segurança pública usando o *feeling* de polícia e a combinação de coração e mente.

### **Silvia Ramos**

*Cientista social e coordenadora do CESeC, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes, onde coordena os projetos Juventude e Polícia, Mídia e Violência e Direitos, Violência e Diversidade Sexual.*

## Sites

CESeC: <[www.ucamcesec.com.br](http://www.ucamcesec.com.br)>

Crisp: <[www.crisp.ufmg.br](http://www.crisp.ufmg.br)>

Fórum Brasileiro de Segurança Pública:

<[www.forumseguranca.org.br](http://www.forumseguranca.org.br)>

## Textos de referência

BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. *Policiamento comunitário*. São Paulo: Edusp, 2000.

BEATO, Cláudio. *Reinventando a polícia: a implementação de um programa de policiamento comunitário*. Disponível em: <<http://www.crisp.ufmg.br/reinventando.pdf>>

BITTNER, Edgon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Edusp, 2000.

BRODEUR, Jean-Paul. *Como reconhecer um bom policiamento*. São Paulo: Edusp, 2000.

GOLDSTEIN, Herman. *Policiando uma sociedade livre*. São Paulo: Edusp, 2003.

MUNIZ, Jacqueline. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. Iuperj, 1999.

ROLIM, Marcos. *A síndrome da rainha vermelha*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.  
Cap. 3 - Prevenção e fatores de risco: O que pode nos dizer a moderna criminologia

SOARES, Bárbara; MUSUMECI, Leonarda. *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

**O exame de DNA como  
ferramenta na elucidação  
de crimes e na  
identificação de pessoas**  
Polícia Técnico-Científica, São Paulo

**Pesquisa na área de  
química forense:**  
O resíduo gráfico azul  
Polícia Civil e Polícia Técnico-  
Científica, São Paulo

**Em busca do resíduo de pólvora**  
Polícia Técnico-Científica, São Paulo

**Origem geográfica da  
maconha:** Um subsídio para o  
rastreamento do tráfico  
Polícia Civil e Polícia Técnico-  
Científica, São Paulo



# Perícia

O trabalho de perícia é parte fundamental da atividade policial. A análise feita pelos peritos é essencial para garantir a investigação e poder identificar quem é o responsável por um crime.

As ações premiadas demonstram o alto grau de evolução técnica, criatividade e integração dos peritos com a academia, com a polícia e com outros setores da sociedade, o que gera resultados cujo impacto vai além da resolução de um crime específico, chegando a orientar novas formas de atuação da polícia.

# Em busca do resíduo de pólvora

Polícia Técnico-Científica, São Paulo

No Instituto de Criminalística (IC) de São Paulo, são realizados os exames que detectam resíduos de pólvora nas mãos de um suspeito de ter cometido um crime com disparo de arma de fogo. Esses resíduos apresentam uma complexidade na sua composição que exige metodologias de análise que evoluam constantemente. O IC costuma utilizar uma metodologia para detectar chumbo e bário desenvolvida em 1959 e aperfeiçoada em 1972. Em 1993, o instituto passou a empregar também a técnica da Microscopia Eletrônica de Varredura (MEV), acoplada à análise de raios X por energia, com excelentes resultados. Quando a MEV apresentou problemas técnicos e, por falta de verbas, o seu reparo ficou inviável, a equipe do IC viu-se diante do desafio de criar uma metodologia que pudesse substituir a MEV e fosse absolutamente confiável.

A análise por espectrometria de massas com fonte de plasma induzido (HRICP-MS) já se destacava como uma alternativa, por possuir maior sensibilidade e capacidade de realizar análises qualitativas e quantitativas de vários elementos químicos simultaneamente. Mas o método de coleta nas mãos do suspeito ainda era um problema, pela pequena quantidade de material que se conseguia recolher.



## Saiba Mais!

### Policiais premiados

- Osvaldo Negrini Neto, perito criminal do Centro de Exames, Análises e Pesquisas do Instituto de Criminalística.
- Sonia Maria Bocamino Viebig, diretora do Núcleo de Balística do Instituto de Criminalística.

### Contato

Rua Moncorvo Filho, 410  
São Paulo  
Telefones: (11) 3031-3869 e  
(11) 3815-8200

### Artigos publicados sobre essa metodologia

NEGRINI NETO, Osvaldo; SARKIS J. E.; SHIBUYA E. Análise de resíduos de disparo de armas de fogo pelo método do ICP-MS O. *Revista Química Nova*, 2004.

NEGRINI NETO, Osvaldo; SARKIS, J. E.; REIS, Tocaia dos. Analysis of gun shot residues in the hand of shooters. *Journal of Forensic Sciences*, 2003.

Diante desse quadro, a equipe de peritos, com o apoio do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) da Universidade de São Paulo, elaborou um trabalho para criar uma metodologia de coleta e análise de resíduos de armas de fogo. Juntos, desenvolveram uma técnica para coletar os resíduos baseada no uso do ácido etilendiaminotetracético (EDTA) como agente complexante, aliada à espectrometria de massas de alta resolução com fonte de plasma induzido para analisar o material recolhido.

Para avaliar o método, foram feitos testes com voluntários no Núcleo de Balística do IC e na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, utilizando armas de calibre 38 apreendidas pela polícia. Os resíduos foram coletados em quatro regiões das mãos dos atiradores por meio da técnica de esfregação, usando cotonetes embebidos em solução diluída de EDTA a 2%. A análise de alta sensibilidade pelo HRICP-MS permitiu observar, mesmo a níveis ultramicroscópicos, os elementos característicos de um disparo, como chumbo, bário e antimônio.

O desenvolvimento dessa metodologia de coleta e análise de resíduos de pólvora solucionou o problema enfrentado pelo IC e ainda ajudou policiais de outros Estados. A equipe do IC recebeu um caso do Estado da Paraíba, em que havia dúvidas se a morte de um rapaz resultara de suicídio ou homicídio. Utilizando esse novo método de coleta e análise dos materiais, a equipe concluiu que o rapaz foi vítima de homicídio e a polícia local conseguiu investigar o caso e prender o culpado.

# O exame de DNA como ferramenta na elucidação de crimes e na identificação de pessoas

Polícia Técnico-Científica, São Paulo

Até 1999, os peritos do Instituto de Criminalística de São Paulo não dispunham de testes variados e conclusivos para verificar se um suspeito tinha cometido um crime. Os exames de sangue só conseguiam excluir uma pessoa da lista de possíveis autores. Nos casos de crimes sexo-relacionados, os peritos tinham pouco a fazer: constatavam se havia sêmen em peças de vestuário das vítimas, mas não tinham como comparar esse sêmen com o de algum suspeito.

O Brasil já possuía laboratórios particulares que realizavam exames de DNA e a Justiça autorizava, em algumas circunstâncias, a contratação desses exames. Cada teste custava em média 5 mil dólares. A polícia paulista percebia a necessidade de um laboratório próprio, com uma equipe qualificada, para reduzir os custos com exames e permitir que, com mais testes à disposição, fosse possível excluir e incluir suspeitos nas investigações e assim contribuir para a elucidação de crimes.

Brasília era a única cidade brasileira a ter um laboratório de DNA construído por um órgão policial, e a Polícia de São Paulo foi montando o seu aos poucos: primeiro o laboratório foi instalado, depois os equipamentos foram adquiridos e finalmente foi criada uma equipe com as doutoras Norma Bonaccorso e Cristina Gonzalez e mais três peritos-pesquisadores. A equipe precisava obter o máximo de



## Saiba Mais!

### Policiais premiados:

- Norma Sueli Bonaccorso, perita criminal do Instituto de Criminalística
- Cristiana Lekich Gonzalez, perita criminal do Instituto de Criminalística
- Margaret Mitiko Inada, perita criminal do Instituto de Criminalística
- Eloísa Aurora Auler Bittencourt, perita criminal do Instituto de Criminalística
- Ana Claudia Pacheco, perita criminal do Instituto de Criminalística
- Miriam L'Abbate, perita criminal do Instituto de Criminalística

### Contato

Rua Moncorvo Filho, 410  
São Paulo  
Telefone: (11) 3815-8200, ramal 21356

### Resolução SSP 194/99

Disponível em:

<<http://www.mj.gov.br/senasp/SUSP/pericias/resoluçãOSSP194-09.pdf>>

conhecimento na área e conseguiu um curso com um professor da Universidade de São Paulo especialista em exames de paternidade. Norma teve a oportunidade de ir para os Estados Unidos e ficar no laboratório de uma das maiores pesquisadoras de DNA do mundo, na área forense. A visita foi fundamental para o aperfeiçoamento do controle de qualidade dos processos de exame. Os pesquisadores do laboratório paulista estiveram no laboratório de Brasília para aprender os procedimentos e adquirir o conhecimento necessário para que o laboratorista forense recebesse uma amostra que tivesse condições de ser analisada.

A equipe de peritos do IC desenvolveu regras sobre a coleta, o armazenamento e os lacres para a cadeia de custódia (a fim de garantir a inviolabilidade do material no percurso) que foram incluídas na Resolução SSP 194/99, que a Secretaria Nacional de Segurança Pública recomenda como padrão a ser utilizado por polícias de outros Estados que também têm laboratórios de DNA.

Desde a implementação do laboratório de DNA no IC, mais de dois mil casos contaram com exames de DNA na sua investigação ou julgamento. Se fosse usada a rede particular, isso representaria um custo de 10 milhões de reais. Quase metade dos casos é crime sexo-relacionado e outros 40% trata-se de identificação de pessoas a partir de ossadas desconhecidas. A equipe atual, composta por seis peritas e três estagiários, atende a toda a demanda da Grande São Paulo, que chega a ser de 600 casos por ano, e registra uma taxa de sucesso das análises de 60%, uma das mais altas do mundo.

# Origem geográfica da maconha: um subsídio para o rastreamento do tráfico

Polícia Civil e Polícia Técnico-Científica, São Paulo

O aumento das apreensões de maconha, que parecia não vir dos tradicionais locais de produção da droga, intrigava o Departamento de Narcóticos (Denarc) da Polícia Civil de São Paulo. Acreditava-se que grande parte da droga consumida no Estado viria de uma região no Nordeste chamada de “polígono da maconha”. Mas mesmo com grandes esforços das polícias, queimando plantações na região e evitando que os plantadores migrassem para áreas vizinhas, o consumo em São Paulo não diminuía. De onde vinha, então, a enorme quantidade de maconha que abastecia o Estado?

As suspeitas da Polícia Civil recaíram sobre a fronteira com o Paraguai, porém era preciso ter certeza antes de intensificar as investigações nessa nova rota. Afinal, o número restrito de investigadores não permitia a perda de tempo em investidas incertas. O perito criminal Osvaldo Negrini Neto, do Centro de Exames, Análises e Pesquisas da Polícia Técnico-Científica, tinha conhecimento do problema e procurou um modo de determinar cientificamente a origem da maconha para auxiliar o trabalho dos policiais civis.

Baseando-se no princípio de que as plantas absorvem características do meio no qual são cultivadas, o perito acreditava que estudando essas propriedades seria possível relacionar a planta com a região do seu cultivo. Para realizar esse trabalho, foi firmado um convênio com o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) da Universidade de São Paulo, e a equipe conseguiu uma bolsa de pesquisa da Fapesp. Para obter amostras de maconha de vários Estados, foram estabelecidos termos de cooperação com as polícias técnicas do Acre, Pernambuco, Pará, Maranhão, Ceará, Bahia, Mato Grosso do Sul e Paraná.



## Saiba Mais!

### Policiais premiados

- Osvaldo Negrini Neto, perito criminal do Centro de Exames, Análises e Pesquisas do Instituto de Criminalística
- Eduardo Nardy, delegado de polícia

### Contato

Rua Moncorvo Filho, 410  
São Paulo  
Telefones: (11) 3031-3869 e  
(11) 3815-8200

### Parceiros

- Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)
- Ipen (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares)
- Cena (Centro de Energia Nuclear na Agricultura da USP)
- Secretarias de Segurança Pública de diversos Estados brasileiros

Os pesquisadores fizeram então um estudo abrangente dos elementos químicos mais característicos de certas regiões presentes nas plantas e assim conseguiram distinguir aquelas do Nordeste e da Região Centro-Oeste. Além de pesquisar esses elementos químicos, o grupo estudou os isótopos estáveis de carbono e nitrogênio existentes nas amostras, que são considerados, nos meios científicos, como “traçadores naturais do clima e do solo”. Com a associação de tais metodologias – análises de elementos químicos e de isótopos estáveis –, o grupo conseguiu resultados mais precisos.

Depois de cinco viagens e quase três anos de pesquisa comparando mais de 150 amostras, o estudo conseguiu determinar que a maior parte da droga consumida em São Paulo vem do Paraguai e não do polígono da maconha. A certeza sobre a nova rota da droga permitiu que o Denarc concentrasse suas investigações nos possíveis caminhos da maconha entre a fronteira do Brasil com o Paraguai até São Paulo, o que aumentou o número de apreensões de veículos transportando a droga para o Estado.

A metodologia de pesquisa que ajudou o trabalho da polícia paulista foi transmitida para as polícias de diversos Estados brasileiros e poderá ajudar polícias de outros países. Após a divulgação dos primeiros resultados, a equipe chegou a ser consultada por um assessor do FBI sobre a possibilidade de implantar essa metodologia nos Estados Unidos.

### O estudo foi publicado em:

SHIBUYA, Elisa K.; SARKIS, Jorge E. S.; NEGRINI NETO, Osvaldo; MOREIRA, Marcelo Z.; VICTORIA, Reynaldo L.; MARTINELLI, Luiz Antonio. *Sourcing the provenance of marijuana samples seized in the São Paulo City by stable isotope techniques* – Forensic Science International, 2005.

# Pesquisa na área de química forense: o resíduo gráfico azul

Polícia Militar e Polícia Técnico-Científica, São Paulo

O Laboratório de Química Forense do Instituto de Criminalística da Polícia paulista recebe diariamente para análise materiais colhidos das mãos e roupas de suspeitos de crimes. Para descobrir se esses objetos têm partículas oriundas de disparo de arma de fogo, é feito um exame resíduo gráfico. Se a pessoa tiver disparado uma arma de fogo, o exame revela uma coloração vermelha na sua pele e roupas. Há cerca de três anos, a perita Regina Branco recebeu para análise o material da mão de um suspeito de assassinato que, depois de aplicados os reagentes, ficou com a coloração azul. Mesmo tendo convicção de que aquele homem havia disparado um tiro com uma arma de fogo, ela não poderia escrever isso em seu laudo pericial. Nenhum estudo científico embasava essa constatação. A decepção foi tão grande que Regina decidiu dedicar-se exaustivamente para que uma situação como essa não se repetisse.

A primeira vez que a perita se deparou com o resíduo azul numa roupa foi há 15 anos. Depois de uma semana, uma colega passou pela mesma situação. Elas fizeram vários testes, mas por dificuldades técnicas a pesquisa foi deixada de lado. Elas não conseguiram concluir quais substâncias poderiam ser aquelas e por que tinham uma incidência tão pequena nas roupas e mãos de suspeitos dos crimes.

Doze anos depois, um corpo de uma pessoa atropelada por um trem apareceu no Instituto Médico Legal. Quando o legista foi fazer a autópsia, percebeu que nas costas da vítima havia vestígios de pólvora. O atropelamento virou então homicídio. Assim que mandaram a coleta para o Instituto de Criminalística, a perita deparou-se com o desenvolvimento, novamente, do complexo azul.



## Saiba Mais!

### Policiais premiados

- Eric da Silva Moura, soldado do 3º BPChq – Gate – Esquadrão de Bombas
- Luiz Antonio Alves, sargento do 3º BPChq – Gate – Esquadrão de Bombas
- Regina do Carmo Pestana de Oliveira Branco, perita criminal do Núcleo de Química do Centro de Estudos, Análises e Pesquisas do Instituto de Criminalística

### Contatos

Núcleo de Química do Centro de Estudos, Análises e Pesquisas do Instituto de Criminalística  
Rua Moncorvo Filho, 410  
São Paulo  
Telefone: (11) 3031-3869

3º Batalhão de Polícia de Choque – Gate  
Telefone: (11) 6967-9866

Ela entrou em contato com a Universidade de São Paulo, que também já tinha encontrado esse resíduo azul em algumas de suas pesquisas. Eles recorreram a um equipamento da Universidade de Campinas para determinar a natureza química das substâncias. Depois de muitos testes, o material foi diagnosticado como um complexo de rodizonato e ferro, que não tem referência bibliográfica no mundo. Para tentar descobrir como a substância ia parar nas roupas e mãos de suspeitos, Regina consultou o sargento Luiz Antônio Alves e o soldado Eric da Silva Moura, do esquadrão de bombas do Gate (Grupo de Ações Táticas Especiais). Depois de vários meses de trabalho, os dois policiais chegaram à conclusão, junto com a doutora Regina Branco, de que a substância só poderia ser proveniente de balas de recarga produzidas clandestinamente. É comum os falsificadores acrescentarem outras substâncias, como sais de ferro utilizados na fabricação de balões para fazer mais balas com menos pólvora e chumbo.

Regina Branco documentou todo o seu trabalho de pesquisa para publicar uma tese que servisse de referência nas próximas vezes em que o resíduo azul aparecer. Ao apresentar o projeto em um congresso de criminalística no Pará, representantes de três Estados a procuraram para dizer que já tinham passado pela mesma situação. Com esse trabalho publicado, em qualquer Estado que um perito se deparar com a situação, poderá utilizá-lo para embasar uma resposta afirmativa e evitar que culpados sejam absolvidos por falta de provas conclusivas.

### O estudo foi publicado no livro

BRANCO, Regina Pestana de O. *Química forense – sob olhares eletrônicos* (Coleção Tratado de Perícias Criminalísticas – organizador Domingos Tocchetto). Campinas – SP: Millenium Editora, 2006.

# A Imprescindível Perícia

Com relação às premiações do Instituto Sou da Paz na área de perícias elaboradas pelo Instituto de Criminalística, poderíamos citar Anatole France, que colocou uma interrogação que permeia a humanidade durante séculos: O que é a verdade?

A premiação feita pelo Instituto Sou da Paz a peritos criminais do Instituto de Criminalística procura estabelecer que, na atividade policial, o aspecto científico serve de diretriz aos policiais para a menor exposição, trazer para a sociedade a credibilidade nas instituições que combatem o crime e uma resposta àquela indagação.

Stanley Kubrick, em seu filme 2001 Uma Odisséia no Espaço, procura descrever em uma cena a evolução do homem desde sua condição primitiva, batendo com uma clava nas rochas, até que ela escapa de suas mãos para em seguida aparecer uma nave espacial.

Assim retratada, a evolução tecnológica acompanha também os meandros da investigação policial na busca da verdade, usando a perícia criminal para permitir uma maior segurança social e a veracidade por meio da prova científica. Hoje, a atividade de Segurança Pública não pode prescindir da perícia como meio probante, que possibilita termos policiais respeitados.

A premiação dos autores da metodologia para identificar resíduos de pólvora revela a importância dessa prática da Polícia Científica, que fica demonstrada para o exame não só balístico como também de resíduos encontrados nas mãos de usuários de arma de fogo. Entendemos ser relevante a divulgação aos policiais, chamando sua atenção principalmente para a preservação do material eventualmente apreendido também como meio de prova seguro para culpar ou inocentar alguém de eventual suspeita ou acusação.

A pesquisa sobre a origem geográfica da maconha ajudou no trabalho da polícia paulista quanto à identificação dos locais e da ação das eventuais quadrilhas e traficantes que agiriam próximo das áreas de plantio. O sucesso dessa experiência sensibilizou até o Federal Bureau of Investigation (FBI) sobre a possibilidade de implantar essa metodologia nos Estados Unidos. Observa-se o alcance do exposto e louva-se a iniciativa do Instituto Sou da Paz na divulgação para todas as polícias do Brasil e instituições policiais de outros países a fim de melhorar o combate à criminalidade organizada.

A divulgação de que o Instituto de Criminalística mediante os exames de DNA poderá auxiliar o processo investigatório com aplicação em várias modalidades criminosas – pelo confronto de amostras colhidas diretamente dos corpos das vítimas em crimes sexuais, evidenciando ou não a culpabilidade do suspeito, paternidade em casos de estupro que resultaram em gravidez, identificação de cadáveres desconhecidos e em estado de putrefação, mutilados e carbonizados – tornará mais científica e conclusiva a prova pericial.

Finalmente, a pesquisa sobre o resíduo gráfico azul tem como mérito o fato de, ao se investigar um suspeito e encontrar a referida coloração, termos uma prova inofismável de autoria. Também a divulgação dessa pesquisa e descoberta inédita poderá auxiliar a polícia do Estado de São Paulo e de Estados da federação. Seu alcance terá a magnitude de possibilitar que outros países possam fazer uso dela contra elementos insurgentes e questionadores dos regimes democráticos.

**José Carlos Gomes**

*Delegado de polícia e coordenador do Núcleo de  
Criminologia da Academia de Polícia de São Paulo.*

## Textos de referência

BONACCORSO, N.S. Aplicação do exame de DNA na elucidação de crimes. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade São Paulo, São Paulo, 2005. 156 p.

JOBIM, L.F.; JOBIM, M. R.; BRENNER, C. Identificação humana pelo DNA: investigação de paternidade e análise de casos forenses. In: TOCHETTO, D. (Coord.) Identificação humana. Parte IV. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999.

**Mediação e articulação na  
resolução pacífica de conflitos**  
Polícia Militar, São Paulo

**Envolvimento comunitário  
no apoio ao jovem em  
situação de risco**  
Polícia Militar, São Paulo

**Projeto Cururu**  
Polícia Civil, Santo André

**Mesa-redonda**  
Polícia Militar, São Paulo

# 5

## Mediação de Conflitos e Juventude

A relação entre polícia e juventude é bastante complexa e marcada muitas vezes por um clima de tensão e de preconceito dos dois lados. Geralmente, policiais e jovens não se relacionam fora do contexto criminal, o que reforça o distanciamento entre esses grupos.

O Prêmio Polícia Cidadã identificou algumas ações muito bem-sucedidas de aproximação da polícia com os jovens, que foram fundamentais para resolver problemas que afetavam a segurança de adolescentes e jovens em suas comunidades.

Tais ações mostram como é importante a aproximação e o trabalho em conjunto para conseguir resultados eficazes na prevenção da violência.

# Projeto Cururu

Polícia Civil, Santo André

Em 2003, o responsável pela Dise (Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes) de Santo André pediu ao investigador Jorge Maciel de Andrade que preparasse uma palestra para orientar adolescentes sobre o problema das drogas. Jorge e seus colegas se inspiraram em um programa já desenvolvido pela Polícia Militar, o Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas), para criar o Projeto Cururu. O Proerd discute a questão das drogas com crianças de 10 a 12 anos de idade, mas os policiais da Dise se deram conta de que era preciso tratar desse tema com jovens de 13 a 21 anos, fase da vida em que as pessoas são freqüentemente colocadas à prova em situações de risco.

Um dos maiores desafios da equipe era falar para esse público sem que os jovens perdessem o interesse ou vissem os policiais como chatos defensores da lei. Graças à experiência como investigadores, eles tinham uma noção da linguagem e do universo juvenil. Sabiam que não poderiam falar de maneira formal e precisavam ter noção do grau de conhecimento de cada grupo de alunos sobre as



## Saiba Mais!

### **Policiais premiados**

- Armando Ferreira Correia, investigador
- João Xavier Fernandes, escrivão
- Jorge Maciel de Andrade, investigador
- José Airton Marques, escrivão
- Paulo Henrique Ferreira Cavalcante, investigador

### **Contato**

Website:

<[www.projetocururu.org](http://www.projetocururu.org)>

drogas. Para isso, desenvolveram um questionário e pediram aos professores que o aplicassem em sala de aula antes das palestras. Assim, os policiais poderiam atingir mais diretamente as lacunas na formação daqueles jovens.

O sucesso das palestras e apresentações gratuitas nas escolas de Santo André foi tão grande que o grupo começou a se tornar conhecido na região e a receber pedidos de palestras para muitos lugares, não só escolas. Quando o grupo foi oficialmente desmembrado, os policiais estavam tão motivados que decidiram continuar realizando esse trabalho por conta própria.

Aos poucos, o Projeto Cururu foi ganhando formato de ONG (organização não-governamental) e crescendo tanto que ultrapassou as fronteiras da corporação. Atualmente, os policiais contam com a participação de especialistas de diversas áreas nas palestras e eventos de conscientização. São médicos, professores, psicólogos, advogados, administradores e outros profissionais que incentivam e doam um pouco de seu tempo para a causa do projeto.

Esses policiais continuam fazendo um trabalho de prevenção ao uso de drogas sem um enfoque moral, valorizando o aspecto científico e a multidisciplinariedade do problema, adaptando a palestra a cada perfil de público atendido.

# Mediação e articulação na resolução pacífica de conflitos

Polícia Militar, São Paulo

No ano de 2004, algumas escolas da região de Perus estavam enfrentando sérios problemas de violência. Os casos não aconteciam dentro das escolas Brigadeiro Gavião Peixoto, Fernando Gracioso e Manuel Bandeira, mas envolviam alguns de seus alunos, que apareciam nos relatos tanto como agressores quanto como vítimas. Ao ser notificado da situação, um grupo de policiais militares começou a pensar em estratégias para se aproximar dos jovens, identificar as causas do problema e tentar superá-lo.

A primeira a frequentar essas escolas, a cabo Luzia, foi seguida por seus colegas Pereira, Roseli e Benedito, todos soldados da 4ª Companhia do 4º Batalhão. O trabalho dos policiais nas escolas começou com palestras sobre cidadania e assuntos de utilidade pública, até chegar a uma peça de teatro, que infelizmente culminou em mais uma situação de violência. Um dos garotos representou o papel de um policial e, em represália, levou uma surra dos membros de uma gangue.



## Saiba Mais!

### **Policiais premiados**

- Luciano da Silva Pereira, soldado da PM
- Luzia Tereza da Silva, cabo da PM
- Luiz Antônio Benedito, soldado da PM
- Roseli de Jesus Monteiro, soldado da PM

### **Contato**

4º BPM/M  
Rua Peribebui, 1.001  
Alto da Lapa, São Paulo  
Telefone: (11) 3834-2411  
E-mail:  
4bpmm@polmil.sp.gov.br

### **Parceiros**

Pais, professores e a direção das escolas Gavião Peixoto, Fernando Gracioso e Manuel Bandeira.

Os policiais conseguiram identificar integrantes das duas gangues mais expressivas na região, uma chamada La Onda e outra, Broz. Alguns deles ainda estavam matriculados nas escolas e freqüentavam as aulas, com rendimentos muito ruins e influenciando ou provocando outros alunos.

Os policiais decidiram então promover um campeonato esportivo entre as escolas do bairro, com a ajuda de pais, professores e comerciantes locais. O campeonato foi o canal mais eficaz para criar vínculos de amizade e confiança, e depois do evento muitos alunos procuraram os policiais para pedir ajuda. Foi aí que surgiu a idéia de fazer um retiro com alunos dentro da escola Gavião Peixoto.

A equipe realizou cafés-da-manhã nas escolas da região, nos quais explicou para os pais a proposta de trabalhar valores que alterassem de forma positiva o comportamento dos jovens, deixando-os menos agressivos e mais solidários. Os pais foram convencidos e, com a ajuda de um pastor do bairro, os policiais organizaram o evento. Durante os três dias de retiro, policiais e alunos participaram de conversas orientadoras, fizeram as refeições juntos e assistiram a palestras sobre assuntos religiosos, saúde, bem-estar e cidadania. O retiro terminou com um grande culto, que comoveu pais e filhos, fortaleceu os laços familiares e mostrou a vontade de muitos jovens em mudar de atitude.

A equipe de policiais continuou a realizar campeonatos e partidas de futebol nas escolas, e foi percebendo como esse trabalho diminuiu os casos de agressão, enfraqueceu as gangues e fortaleceu a convivência saudável entre os alunos.

# Mesa-redonda

Polícia Militar, São Paulo

Ao dar palestras do programa Jovens Construindo a Cidadania\* para alunos de escolas do bairro de Perus, a soldado Cleuma Nunes Alecrim percebeu que eles trocariam qualquer atividade por uma boa partida de futebol. Nesses encontros, ela percebeu também que muitos jovens não achavam ruim ser internados na Febem (a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor).

Quando um aluno da Escola Estadual Florestan Fernandes foi internado na instituição, Cleuma decidiu discutir esse caso nas palestras na escola e pedir sugestões dos alunos para ajudar o interno e evitar outros casos. Ela percebeu que uma boa estratégia para que os alunos passassem a valorizar a vida em liberdade seria promover jogos de futebol entre os alunos da escola e os internos da Febem.

O capitão da Companhia de Perus autorizou que a base comunitária móvel levasse 12 garotos até a Febem da Vila Clarice. Aos poucos, foram se formando pequenos grupos de garotos que conversavam entre si, trocando informações



### Saiba Mais!

#### **Policia! premiada**

- Cleuma Nunes Alecrim,  
soldado da PM

#### **Contato**

4º BPM/M  
Rua Peribebui, 1001  
Alto da Lapa, São Paulo  
Telefone: (11) 3834-2411  
E-mail:  
4bpmm@polmil.sp.gov.br

sobre primos, namoradas e amigos, afinal muitos internos eram do bairro. Os alunos e os internos ficaram muito entusiasmados com o encontro, e o diretor daquela unidade da Febem avisou que abriria mão das atividades de sexta-feira para receber os alunos toda semana.

Quando os garotos voltaram à escola, não paravam de falar sobre o que tinham vivido. Foi quando surgiu a idéia de promover uma mesa-redonda para que os jovens contassem para os colegas de classe como era a Febem e a vida dos internos. Os alunos foram percebendo que a vida nessa instituição não era fácil.

As primeiras visitas foram cercadas de resistência por parte de alguns pais e professores. Mas isso foi sendo superado com as realizações das mesas-redondas no colégio. Essa ação, além de colaborar para afastar jovens do crime, conseguiu uma aproximação inédita entre jovens e policiais, internos e alunos. E os internos da Febem da Vila Clarice ganharam um estímulo muito grande com esse dia de visita, pois puderam ter um momento de recreação e compreender os valores e as vantagens de uma vida dentro da lei.

\*O programa Jovens Construindo a Cidadania (JCC) foi criado pela organização americana Youth Crime Watch of America e tem o objetivo de criar um ambiente escolar mais saudável e seguro, por meio de ações e mudanças comportamentais desencadeadas pelos alunos, com a supervisão dos professores e a orientação de um policial militar. O JCC está presente hoje em mais de 25 Estados americanos e diversos países. Desde 1999, a Polícia Militar de São Paulo desenvolve o programa em escolas públicas.

# Envolvimento comunitário no apoio ao jovem em situação de risco

Polícia Militar, São Paulo

O 3º Batalhão da Polícia Militar de São Paulo é vizinho de um terreno onde durante muitos anos funcionou o Complexo Imigrantes da Febem, a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor. O bairro é enorme e tem uma expressiva concentração de crianças e adolescentes, 10% deles vivendo em situação de risco. São frequentes os casos de jovens cumprindo medidas socioeducativas e é grande a demanda por um trabalho de assistência e prevenção.

Em 2002, o cabo Cláudio Silvério de Carvalho fez um curso sobre o Jovens Construindo a Cidadania (JCC), um método que poderia ser aplicado em escolas para promover a reflexão sobre alternativas ao mundo da criminalidade e da violência. Na mesma época, a Febem Imigrantes havia sido desativada e uma instituição filantrópica começava a contribuir com a reforma do local.

O tenente Del Cistia, relações públicas do batalhão, resolveu conhecer o



## Saiba Mais!

### Policial premiado

- Cláudio Silvério de Carvalho,  
cabo da PM

### Contato

3º BPM/M

Av. Miguel Estéfano, 3.900

Água Funda, São Paulo

Telefones: (11) 5073-1666 e  
5073-9896

E-mail:

3bpmm@polmil.sp.gov.br

### Parceiros

- AEB (Associação Evangélica  
Beneficente)

- Conselho Tutelar do  
Jabaquara

trabalho que a AEB – Associação Evangélica Beneficente realizava, oferecendo atividades esportivas e de lazer para adolescentes da região. O tenente percebeu que a Polícia Militar poderia valorizar o projeto de assistência aos jovens e sugeriu ao cabo Carvalho que tentasse aplicar os conceitos do JCC numa parceria com a AEB. Ele passou a participar de uma série de atividades de orientação social, política e de lazer desenvolvidas com os jovens e também com os pais cadastrados no programa da associação.

Os contatos do cabo Carvalho com as cerca de 1.500 famílias que passam mensalmente pelo Programa de Renda Mínima foram se intensificando aos poucos. Com o passar do tempo, ele conquistou o respeito e, principalmente, a confiança de muitos jovens. O acompanhamento de jovens e famílias da região contribuiu para que muitos deles fossem estimulados a estudar e trabalhar.

Com o envolvimento de um policial militar em um projeto social já implementado no bairro, os índices de violência e o número de boletins de ocorrência diminuíram na região. Em reconhecimento ao trabalho desenvolvido, a AEB inscreveu o policial na 2ª edição do Prêmio Polícia Cidadã.

# Mediação de Conflitos e Juventude

A categoria que me coube analisar faz parte de uma nova visão sobre segurança pública e prevenção da criminalidade. Também tem o desafio de mostrar que ações e valores dessa natureza não são apenas uma visão de mundo idealizada, mas são de fato eficientes no combate à violência. Nesse sentido, as ações premiadas nessa categoria fazem parte de uma tarefa muito importante para esse novo caminho de pensar segurança pública muito além dos resultados práticos que suas condutas produziram.

Podemos perceber nessas ações pontos que devem ser ressaltados como condutas esperadas dos policiais que trabalham na mediação de conflitos e com jovens, como:

1. **Diagnóstico anterior** ao início da intervenção policial, em conjunto com a população e especialistas de outras áreas. Não é preciso traçar longas linhas para defender a importância de uma ação estar pautada em problemas reais e não em percepções ou crenças muitas vezes estereotipadas, que não revelam o foco e a causa dos problemas. Compreender o fenômeno criminoso que se quer enfrentar, inclusive com dados e consultas a profissionais de outras áreas, permite ter uma visão mais clara do problema e definir uma ação de enfrentamento mais adequada. As ações premiadas nessa categoria nos revelam a importância dos diagnósticos reais para enfrentar a criminalidade e como na prática eles se mostram um primeiro passo que impacta diretamente o resultado da ação policial.

2. **Aproximação e diálogo** também foram atitudes presentes em todas as ações dessa categoria. Ficou comprovado que quando a polícia se aproxima dos diferentes atores envolvidos no problema a ser enfrentado, antecipando-se à ação criminal, cria-se uma relação de confiança no sistema de segurança pública, que permite ao agente policial atuar na comunidade na prevenção ou mesmo na repressão ao crime, impedindo que a impunidade fortaleça a ação criminosa. A partir do momento em que o policial se mostra presente e trabalhando em conjunto com demais atores locais para combater práticas criminosas, fica evidenciado que nessa localidade existe uma rede de controle e que ali não haverá espaço para acobertar os crimes.

3. **Prevenção:** ao identificar as causas dos problemas que pediam uma ação, a polícia passa a atuar antes do crime, seja informando a população sobre como inibir a prática de crimes e violências, seja se preparando para estar presente nos locais e horários onde freqüentemente acontecem as práticas que se espera coibir. Dessa forma, na medida em que consegue impedir crimes, em vez de apenas reagir a danos já causados, o agente policial está desenvolvendo um trabalho muito mais eficaz.

4. **Articulação** foi outra prática utilizada nas ações premiadas. Os policiais, além de contar com a ajuda de outros atores da sociedade que podem e devem contribuir para garantir segurança à população, conseguem

difundir nas comunidades um valor altamente positivo: de que o sistema só funciona a partir da co-responsabilidade das pessoas. Afinal, não existem “salvadores da pátria” dentro ou fora da polícia, e sim um sistema no qual cada parte, atuando de forma cooperativa e dentro do seu papel, poderá produzir resultados de coibição do crime, como ficou comprovado nas ações premiadas.

5. O **foco na juventude** mostra uma clareza dos policiais premiados sobre a relação da criminalidade em parte dessa população, sem cair no senso comum equivocado de que todo jovem pobre é um criminoso ou um potencial criminoso. Os agentes da polícia perceberam que uma atuação nesse grupo, envolvendo-o em pensar soluções para os problemas de segurança enfrentados, trouxe um enorme resultado na redução dos crimes ou das práticas violentas. Os jovens são quem melhor pode ajudar os policiais a entender os dilemas e problemas dessa geração, além de conseguir criar ações que poderiam dar certo no enfrentamento dessas questões. Por fim, não foram todas as ações premiadas nessa categoria que trouxeram as práticas que descreverei abaixo, mas acredito que, por sua enorme importância e inovação, devem ser ressaltadas para que outros atores possam se inspirar nesses caminhos. São elas:

1. **Avaliação posterior** das ações realizadas pelos policiais, permitindo inclusive que outras atividades da mesma natureza sejam aperfeiçoadas em relação às que foram feitas. Se com diagnósticos prévios, articulação, diálogo e foco, já se produzem resultados eficientes, ao fazer a avaliação dessas práticas pode-se alcançar resultados ainda melhores.

2. A **resolução de conflitos como alternativa ao sistema prisional** também pode ser uma atividade da polícia. Entendendo que a ação policial tem como objetivo garantir a segurança da população, e em determinados casos o sistema prisional é o menos eficiente para esse objetivo, a polícia pode optar por dar encaminhamentos alternativos quando permitido e já demonstrado como mais eficiente. Para isso, a polícia deve estar preparada e entender quais ações não fogem da sua discricionariedade e quais caminhos podem ser melhores para o cumprimento da sua missão institucional.

As práticas dessa categoria mostram que os policiais que realizam mediação de conflitos continuam sendo policiais e foram premiados por seu desempenho como agentes responsáveis pela segurança pública. O que se valorizou foram ações relacionadas à atuação policial e não aquelas com caráter exclusivamente assistencialista – atividades louváveis e esperadas de qualquer cidadão, mas que não fazem parte do rol de ações que se quer premiar nessa categoria.

## **Luciana Guimarães**

*Advogada, é uma das fundadoras do Instituto Sou da Paz, onde atuou como diretora de projetos. Foi coordenadora de juventude da Prefeitura de São Paulo e atualmente dirige o Centro Cultural da Juventude de São Paulo.*

## Textos de referência

Caderno Polícia e Escola.  
Material de capacitação em policiamento escolar.  
Disponível em:  
< <http://www.soudapaz.org/download/Cadernopolícia.pdf>>

Juventude e Polícia.  
*Boletim do Centro de Estudos em Segurança e Cidadania.*  
Disponível em: <<http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/boletim12.pdf>>

Formando uma tropa de elite na polícia para trabalhar com jovens.  
Juventude e Polícia 0 Capacitação 2007.  
Disponível em: <[http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/juventude\\_e\\_policia2007.pdf](http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/juventude_e_policia2007.pdf)>

Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo  
Disponível em: [http://www.seds.mg.gov.br/eixos\\_ficavivo.asp](http://www.seds.mg.gov.br/eixos_ficavivo.asp)

ROLIM, Marcos. *A síndrome da rainha vermelha*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006  
Cap. 4 - Os jovens e o crime:  
Anotações a partir do caso James Bulger



# Agradecimentos

**A realização do Prêmio Polícia Cidadã não teria sido possível sem o precioso apoio das seguintes instituições e pessoas:**

Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Polícia Civil do Estado de São Paulo, Polícia Militar do Estado de São Paulo, Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo, Sala São Paulo – Secretaria de Estado da Cultura, Tenente-coronel Maria Yamamoto , Renato Sansone, Flávio Katinskas e Ricardo Tieppo.

Tinker Foundation, Banco Real, Sabesp, Hedging Griffio, EM Power, Bank Boston, Merrill Lynch, Tecnisa, Têxtil Matec, Tilimpa, Ford Foundation, Elgin, Machado, Meyer, Sendacz e Ópice Advogados Associados, Universidade São Marcos, LDC Comunicação, Virtual Net, Roberto Moritz, Mario Adler, Pino Marco di Segni, Arthur Mizne, Oliver Mizne, João César Tourinho e Bradley Wickens além de todas as outras pessoas físicas que contribuíram financeiramente com esta iniciativa.

Antonio Célio Camargo Moreno, Ary Dias , Big Bonsai, Buffet Ginger, Carimplacas, Carol Quintanilha, Casa do Teatro, Claudia Costin, Consórcio 7, Corpo Musical da PM, Creative House, Dan Stulbach, Daniela Sodré, De Polícia, Entusiasmo, Eric Budney, Erico Hiller, Fabiana Caricati, Fabiana Proença, Felipe Fogaça, Funda o Volkswagen, Gilberto Favery, High Som, Ike Levy, Instituto Bacarelli, Isabela Puffer, Jair Rodrigues, Jazz Band da PM, JRC Promo es, LDE Geradores, Leo Maia, Lilian Knobel, Locabout, Marina Person, Marina Vieira, Marisa Orth, Mila Maluhy, Monica Waldvogel, Objeto de Luz, Paula Lima, Paulo Dafilin, Paulo Gomes, Pedro Cunha, Pedro Haddad, Ponto M dia, Rafael Masini, Raul Cortez (*in memoriam*), Renata Alexandrino, Silvinho, Slim Rimografia, Stock Photos, Teatro Escola Célia Helena, Thais Sofia Cunha de Barros Penteado, Thiago Barbosa, Thomas Lezisky de Andrada Coelho, Toninho Ruiz e Vinícola Salton, que garantiram o sucesso dos eventos de premia o.

**Consultores:**

Alexandre Schneider, Carolina de Mattos Ricardo, Gustavo Ungaro, Mariana Possas, Paulo de Mesquita Neto, Renato Sérgio de Lima, Sandra da Costa Machado e Theodomiro Dias Neto.

**Avaliadores:**

Tenente-coronel Antonio Carlos Carballo Blanco (PM-RJ), Carmen Cinira Campos Martins, Delegado Carlos Roberto Sant'Ana da Rosa (PC-RS), Cristina Neme, Haydée Caruso, José Marcelo Zacchi, Luis Cavalcanti Galvão, Marcos Rolim, Oscar Vilhena Vieira, Paulo Mesquita, Paulo Sette Câmara, Renato Sérgio de Lima, Coronel Severo Augusto (PM-MG), Silvia Ramos, Theodomiro Dias Neto e Tenente-coronel Wilson Batista (PM-MT).

**Visitadores:**

Ana Elisa Faria do Amaral, Bruno Walter Caporrino, Caio Motta Luis de Souza, César Alves Ferragi, Claudia Dipolitto de Oliveira Sciré, Cléa dos Santos, Diego Simezo Maeda, Estevão Passos Eller, Fabio Mossalo Bruni, Gabriela Domingues Luz, Georgia Haddad Nicolau, Hugo Lopes Tavares, Igor Pantoja Alves Torres, Inara Vaz, Isabella Puffer, Lúcio Bittencourt, Marcos Lanner de Moura, Marcos Machado, Maria Fernanda Alessio, Mathias Glens, Nabil Moura Kodri e Theo Araújo.

**Equipe do projeto:**

Davi Tangerino, Felipe Zaleschi, Karen Sanchez, Simone Malina, Mariana Oliveira e Rosana Orlando e toda a equipe do Instituto Sou da Paz.

Um agradecimento especial a Luciana Guimarães e Mariana Montoro Jens que não mediram esforços para viabilizar a realização do Prêmio.



**INSTITUTO  
SOU DA PAZ**

Rua Luis Murat, 260  
Cep: 05436-040 São Paulo/SP  
Tel: (11) 3812-1333  
[www.soudapaz.org](http://www.soudapaz.org)  
[soudapaz@soudapaz.org](mailto:soudapaz@soudapaz.org)

## Diretoria

Denis Mizne  
Diretor Executivo

Melina Risso  
Diretora de Desenvolvimento Institucional

## Coordenadores do Prêmio Polícia Cidadã

I Prêmio: Davi Tangerino  
II Prêmio: Simone Malina  
III Prêmio: Rosana Orlando

## Coordenadora de sistematização

Ligia Rechenberg

## Publicação A Polícia que dá certo

Textos não-assinados: Thiago Barbosa e Ligia Rechenberg

Edição: Ligia Rechenberg

Revisão: Daniela Caldeirinha e Solange Martins

Fotos: Erico Hiller, Carol Quintanilha, Mila Maluhy e Lilian Knobel

Projeto Gráfico e Diagramação: Daniel Varella

## Apoio



**FORD FOUNDATION**

# A Polícia que dá certo

Experiências vencedoras do Prêmio Polícia Cidadã

A polícia que dá certo é aquela que obtém resultados efetivos na prevenção e redução da violência, utilizando criativamente os recursos disponíveis, aproximando-se da comunidade e, acima de tudo, respeitando a lei.

Esta publicação apresenta ações policiais que se enquadram nesta categoria e que, pelas estratégias adotadas e resultados alcançados, venceram o Prêmio Polícia Cidadã, realizado pelo Instituto Sou da Paz.

As ações descritas foram realizadas pelas polícias militar, civil e técnico-científica, para resolver problemas nas áreas de atendimento ao público, inteligência, policiamento orientado ao problema, perícia e juventude e mediação de conflitos. Desenvolvidas na região metropolitana de São Paulo, as ações certamente inspirarão iniciativas semelhantes em outras cidades e Estados brasileiros, mostrando que a polícia que dá certo pode ser uma realidade em todo o país.



INSTITUTO  
SOU DA PAZ

